

ELO

Associação dos Deficientes das Forças Armadas

Director: António Carreiro Ano XXVI Março 2000 Nº 295 Preço 140\$00

• **Reportagem**

Costa Andrade – uma vida cheia de injustiças não o impede de vencer a deficiência

página 9

• **Famalicão**

Arrancam os Serviços Clínicos com consultas de Clínica Geral na Delegação

página 4

• **"Mãos à Obra"**

Grande leilão de obras oferecidas no próximo dia 25 de Março, na Sede

página 20

• **Coimbra**

Tem mais encanto com novas instalações mais funcionais

página 6



PORTE PAGO

Suplemento e página 10

25
ANOS
IV CONGRESSO
A ADFA hoje... QUE FUTURO?

CCADFA
Problemas dos africanos, tempo de serviço e DL 134/97 em debate página 8

Lei das Associações
Associações propõem profundas alterações à regulamentação página 20

III Encontro Desportivo
Mais de 200 convivem durante um dia na Sede



FOTO: RAFAEL VICENTE página 5

Homenagem aos mortos da Guerra Colonial Presidente da República



distingue sacrifícios feitos sob a Bandeira Nacional

páginas 3, 4 e 11

ASSEMBLEIA GERAL ELEITORAL EXTRAORDINÁRIA CONVOCATÓRIA

A Mesa da Assembleia da Geral Nacional convoca os associados, nos termos do n.º 1, do art.º 29.º, dos Estatutos da ADFA, conjugado com a alínea b), do art.º 20.º, do Regulamento do IV Congresso, para a Assembleia Geral Nacional Eleitoral a realizar no dia 18 de Março de 2000, que funcionará das 9h00 às 19h00, nas mesas de voto habituais (Sede, Delegações e Núcleos), com vista à eleição dos delegados ao IV Congresso Nacional da ADFA.

Lisboa, 11 de Janeiro de 2000
A Mesa da Assembleia Geral Nacional

O Presidente
Jorge Manuel Garrido Pardal Maurício

Diversidade de oportunidades

Seminário sobre Emprego reúne 400

FOTO: FARINHO LOPES



"Emprego: diversidade de oportunidades" foi o tema do Encontro organizado pela Câmara Municipal de Lisboa (CML), através do Conselho Municipal para a Integração da Pessoa com Deficiência (CMIPD), no dia 8 de Fevereiro, em Lisboa.

Nesta iniciativa reuniram-se cerca de 400 pessoas, entre empresários, técnicos e repre-

sentantes das instituições de e para deficientes, bem como de algumas entidades oficiais.

O debate prendeu-se com a problemática de "milhares de cidadãos portadores de deficiência em idade activa estarem condenados ao desemprego, devido a dificuldades no acesso a oportunidades de trabalho, todavia o cidadão deficiente pode ser um trabalhador eficiente", conforme foi referido pela organização do Encontro.

Maria Calado, vereadora da Cultura e Acção Social da CML e presidente do CMIPD, salientou que "para vencer as barreiras culturais é fundamental conhecer os programas de apoio existentes e os casos de sucesso. O emprego da pessoa com deficiência é um passo que tem de ser dado em conjunto: pela empresa, pela pessoa e por uma comunidade que tem que apoiar ambos."

Instituto da Defesa Nacional

Forças Armadas em Regime Democrático

"É urgente rever os limites que devem existir, mas em dimensão ajustada aos direitos de expressão, associação e de participação política dos militares", referiu o general Loureiro dos Santos, que participou no painel intitulado "A Experiência Portuguesa", durante o Seminário realizado no Instituto da Defesa Nacional (IDN), em Lisboa, no dia 18 de Fevereiro.

Loureiro dos Santos salientou ainda que "os meios atribuídos às Forças Armadas tem vindo a diminuir de uma forma assustadora face ao que precisam, em especial desde 1990. A percentagem do PIB que lhes é atribuída era de 1,6 por cento em 96; passou para 1,4 em 97 e situa-se em 1,3 em 98, enquanto que na Grã-Bretanha é de 2,6, na França, de 2,8, sem falar nos Estados Unidos, onde ronda os 3,2 por cento."

O general, também professor universitário, depois de uma exposição sobre o processo de transição para a democracia - no qual também participou - referiu ainda que "há o sentimento, e há vezes responsáveis de não-militares a confirmá-lo, que não dispomos de um instrumento militar à altura da nossa política externa, em defesa dos interesses estratégicos nacionais."

Diogo Freitas do Amaral, figura política durante a transição para a democracia e catedrático, realçou que, em termos de competências, "os três órgãos de soberania - Presidente da República, Assembleia da República e Governo - devem influir tanto nas Forças Armadas como nos outros sectores da vida nacional."

O professor evidenciou alguns aspectos que, pensa, estão a ser postos em causa actualmente. "O financiamento das Forças Armadas tem vindo a reduzir-se com responsabilidade dos governos, descendo abaixo dos níveis aceitáveis", referiu, dizendo ainda que "empobreceu o debate público sobre as Forças Armadas, quanto às suas missões, aos meios ao orçamento."

"Estamos em défice de reflexão sobre esta área da nossa sociedade, com excepção para o IDN, onde se têm desenvolvido o debate", salientou Freitas do Amaral.

Pôr em primeiro plano do debate público nacional os assuntos referentes aos militares foi uma das necessidades que Freitas do Amaral concluiu serem mais prementes, lançando um apelo ao IDN para "abrir uma nova fase de debate próprio de uma democracia."

da Comissão Europeia", referiram os representantes da CNOD. •

O Referencial

José Barata Olivença terminou a sua colaboração com o boletim da Associação 25 de Abril (A25A), "O Referencial", por ter cessado funções naquela Associação.

Este colaborador acumulava funções de secretário permanente da Associação e de organizador do boletim, fazendo a recolha da colaboração e das secções fixas, contactando a gráfica e fazendo a revisão de provas.

Segundo notícia da última edição do boletim, "sem a sua dedicada e rigorosa colaboração, nunca "O Referencial" poderia ter respondido às ambições que a sua direcção vem alimentando e ao nível que a A25A e os seus associados merecem." •

Durante o Encontro, nos diversos painéis de apresentações, registou-se que em Portugal ainda não ultrapassou o nível insatisfatório de inserção profissional, e um dos participantes, Henrique Mendonça, vice-presidente da direcção da Confederação Nacional dos Organismos de Deficientes (CNOD), referiu que "este é mais um passo para a sensibilização dos empregadores e das entidades para se empregarem cidadãos portadores de deficiência nas empresas. No entanto, muito falta ainda percorrer, uma vez que os sucessivos governos não estiveram suficientemente sensibilizados para estas questões." O representante da CNOD destacou as intervenções dos empresários, em que "ficaram demonstradas as dificuldades por falta de informação e por falhas de atendimento." •

R.V.

FOTO: FARINHO LOPES



O Seminário foi aberto pelo director do IDN, Nuno Severiano Teixeira e contou com quatro oradores para o primeiro painel.

Os quatro professores de Ciência Política que leccionam em universidades norte-americanas aludiram aos processos de transição na Argentina, Espanha, Rússia e Cuba, destacando-se a última intervenção, em que o orador se referiu ao regime de Fidel Castro que, na opinião do professor americano, "já começou a degradar-se, uma vez que a economia cubana sobrevive, mas não funciona."

Durante o encontro cruzavam-se as opiniões sobre as comunicações feitas pela tarde, sendo que o período de debate foi bastante participado.

Ao encerramento do Seminário presidiu o novo secretário de Estado da Defesa, José Silva Mourato, que parabenizou o Instituto pela iniciativa. •

R.V.

Ajudas técnicas

Durante a tarde do dia nove de Fevereiro decorreu na Sede uma demonstração de ajudas técnicas organizada pela ADFA, através do Departamento de Reabilitação e Apoio Social e com a colaboração de uma empresa de comercialização de ajudas técnicas.

Na demonstração estiveram presentes alguns associados que experimentaram algumas das cadeiras de rodas que foram o alvo da apresentação desse dia.

Pedro Inês, associado da ADFA e funcionário da empresa há cerca de quatro meses, referiu sobre um dos produtos em apresentação que "são cadeiras muito leves e resistentes, adaptáveis para entrada e saída de veículos. A liga leve que implica que cada cadeira pese apenas 13 quilogramas, permite uma maior autonomia no que respeita a pôr e tirar a cadeira de rodas do automóvel sem precisar de ajuda."

Outra das cadeiras em questão tem costas rebatíveis e pode até desmontar-se para melhor poder ser transportada. •

R.V.

R.V.

Reunião da Delegação de Famalicão

Na 1ª 5ª Feira de Março, dia 3, pelas 21h00, decorre a reunião da direcção da Delegação de Famalicão. Os associados interessados em participar devem comunicá-lo antecipadamente à secretaria da Delegação.

Reunião na Sede Nacional

No dia 26 de Março, Sábado, vai ter lugar a reunião de associados na Sede Nacional, depois do almoço.

Funcionamento do Núcleo de Braga

No 1º e 3º Sábados de Março, dias 4 e 18, o Núcleo de Braga encontra-se em funcionamento, no infantário da Igreja Paroquial de São Lázaro em Braga (frente ao Hospital de S. Marcos), das 9h30 às 12h00. No 1º Sábado do mês, a funcionária da Delegação de Famalicão desloca-se ao Núcleo.

Funcionamento do Núcleo de Guimarães

Todos os Sábados de Março, das 9h00 às 12h00.

Conselho Nacional

Realiza-se no dia 11 de Março, Sábado, pelas 10h00, na Sede Nacional, mais uma reunião do Conselho Nacional. Em agenda vão estar o orçamento de 99, o Relatório de Actividades do CN relativo a 99, o parecer semestral do CFN, informações sobre o IV Congresso e sobre as reivindicações legislativas.

Cidade desportiva

No dia 19 de Março, Domingo, realiza-se a 7ª edição do encontro "Lisboa Cidade Desportiva", organizado pela Câmara Municipal de Lisboa, para o qual a ADFA foi convidada, participando nas modalidades de Ciclismo e Ténis de Mesa. Também foi avançada pelo DACDLA a possibilidade de concretizar a participação da ADFA também no "snooker".

Mão à Obra

No dia 25 de Março, Sábado, pelas 17h00, realiza-se o leilão do Projecto "Mãos à Obra", no salão nobre da Sede Nacional. A ADFA convida todos os associados, familiares e amigos a estarem presentes no leilão, por forma a que tenham a oportunidade de adquirir uma ou mais obras.

Almoço-convívio

No dia 25 de Março, Sábado, realiza-se o primeiro almoço-convívio de alunos e professores da formação profissional que participaram nos vários cursos realizados pela ADFA.

Novos Associados

Dando cumprimento ao estipulado no n.º 4, do Art.º 8, dos Estatutos da ADFA, publica-se a relação dos candidatos a sócios efectivos.

João Manuel G. Gonçalves
Firmino Dias Alexandre
Alberto Lopes Rodrigues
Paulo Jorge Pais Fernandes
Manuel Maria C. Oliveira
António Manuel Moniz Reis
Artur da Conceição Bernardino

Ernesto Fernandes Gomes
Francisco de Jesus Chaves
Antero João Miroelho
António Ferreira Batista
Alvaro Henriques P. Santos
Gilberto de Azevedo Carvalho

O ELO corrige

Por lapso, não foi atribuída a cedência da fotografia publicada na passada edição, no artigo referente à nova legislação para os acidentes em serviço e doenças profissionais na Administração Pública. A fotografia foi amavelmente cedida pelo associado José Dinis, que também é colaborador do nosso jornal.

Pelo sucedido apresentamos as nossas desculpas. •

ELO

PROPRIEDADE Associação dos Deficientes das Forças Armadas • Email: adfa@mail.telepac.pt • Internet: http://www.adfa-portugal.com ADMINISTRAÇÃO E REDACÇÃO Av. Padre Cruz - Edifício ADFA 1600-560 LISBOA • Telefone: 21 757 0502 / 21 757 0583 / 21 757 0645 • Fax: 21 757 1319 DIRECTOR António Carreiro REDACÇÃO Rafael Vicente (editor), Anabela Vieira (norte), Farinho Lopes (fotografia), Maria José (secretariado) COLABORADORES Abel Fortuna, Alexandra Daniel, António Calvino, Armando Guedes da Fonte, Carlos Pinto Coelho, Carlos Mendes, Carlos Vale Ferraz, Cláudia Silveira, Daniel Gouveia, Guilherme de Melo, Helena Afonso, Hugo Guerra, Humberto Sertório, Jaime Ferrer, Jerónimo de Sousa, João Gonçalves, Jorge Maurício, José Diniz, José Maia, José Monteiro, José Valente dos Santos, Lia Katali, Luis Baltazar, Luisa Nero, Mário Inácio, Mário Tomé, Nuno Santa Clara, Patuleia Mendes, Rogério Rodrigues e Sá Flores. CONCEPÇÃO GRÁFICA Maquetagem João Conceição PRE-IMPRESSÃO Grafibarra, Artes Gráficas, Lda. Quinta da Piedade, Lt. 93-A 7°C - 2625 Póvoa Santa Iria - Tel./Fax: 21 956 6263 MONTAGEM Tipografia Escola da ADFA Rua da Artilharia Um - 1070 Lisboa (Anexo do Hospital Militar Principal) Tel. 21 385 3593 IMPRESSÃO Imprejournal Sociedade de Imprensa, SA Av. Infante D. Henrique, 334 - 1990 Lisboa - Tel. 21 851 2188 GRAVAÇÃO DO ELO SONORO Centro de Produção de Material da Segurança Social de Lisboa e Vale do Tejo Depósito Legal: 99595/96 - Mensário distribuído gratuitamente aos associados em situação legal. ASSINATURA ANUAL 1 400\$00. Os textos assinados não reproduzem necessariamente, as posições da ADFA ou da Direcção do ELO, sendo da responsabilidade dos seus autores.

Tiragem deste número 9 600 exemplares

Episódios



As portas do Império

José Diniz

O cenário era impressionante: ao centro o corpo imenso do Monumento aos Combatentes do Ultramar; em frente as tribunas das entidades oficiais ladeadas por milhares de ex-combatentes; a fechar o círculo um exército invisível de mais de 9000 mortos perfilados naquelas placas com os seus nomes.

À hora marcada chega o Presidente da República. Passa um olhar rápido por todo o cenário, volta-se para o lado onde se elevavam as bandeiras e os estandartes das organizações e associações de ex-combatentes, dirige-se para um homem de cadeira de rodas que cumprimenta respeitosamente e vai, de imediato, ocupar o seu lugar na tribuna de honra onde recebe as honras militares prestadas por uma companhia de jovens cadetes.

Aquele homem é nosso associado e empunhava a Bandeira da ADFA. Ao distinguir com aquele aperto de mão singular uma vítima viva da Guerra Colonial, quis, certamente, o Presidente da República abraçar todos os outros ex-combatentes que, às centenas de milhar, lutaram durante treze anos nas savanas de Moçambique, nas florestas de Angola e nas bolanhas da Guiné. Com aquele gesto quis também o Comandante Supremo das Forças Armadas, em nome de todos os Portugueses, assumir a História e dizer que as vítimas das guerras não se discutem. Às que morreram devem-se prestar as devidas homenagens e honrar a sua memória; às que ainda teimam em viver deve-se-lhes proporcionar uma vida digna sem regateios desesperantes.

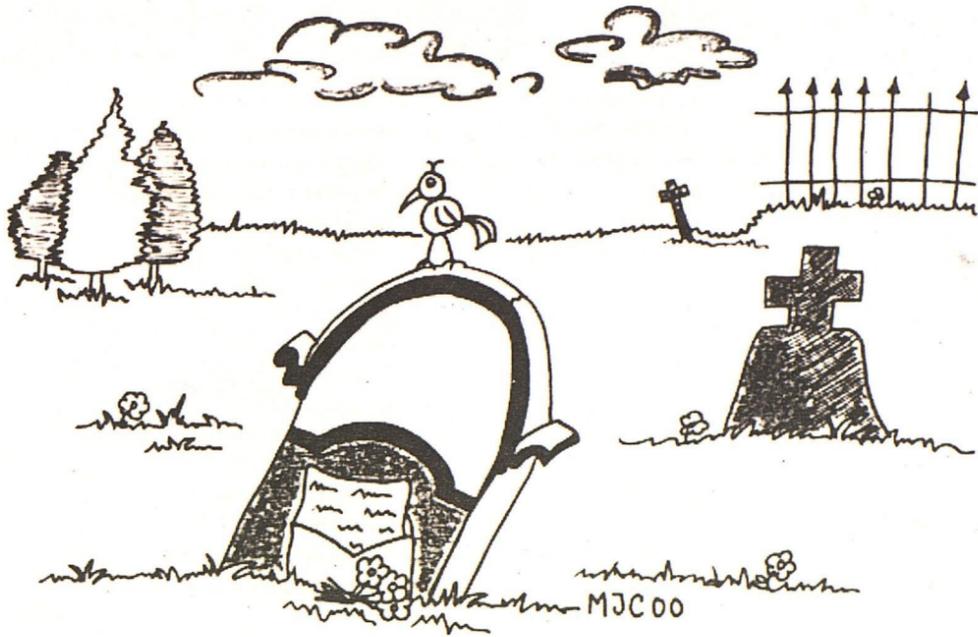
A Macau e a Timor foi recentemente o Presidente da República, com toda a dignidade, buscar mais algumas chaves das portas do Império.

Naquela manhã em Belém, de onde partiram caravelas de sonho e de esperança e chegaram muitas outras carregadas de morte e desespero, fechou-se mais uma dessas portas.

Mas não a última. A chave dessa guardá-la-á aquele paraplégico e passará de mão em mão enquanto o poder da morte não abafar os gritos desta outra legião bem visível, cujas fileiras ainda teimam em engrossar. •



Grande Plano



O Pai que há em nós ...



Jaime Ferreri

"Sabes pai, quando me disseram que morreste, nem uma lágrima descobri para te dar de oferta.

Os dias passaram e com eles chegou-me a saudade e a certeza da tua partida."

Eugénio C. não era apenas um transatlântico que cruzava os mares nos finais da década de sessenta. Transportava sonhos e trazia, para além de turistas endinheirados, emigrantes da América Latina que em S. Paulo, no Rio ou em Caracas procuraram o pão que a pátria de Salazar sonheava. Numa dessas viagens passeava os olhos pela imensidão do oceano um minhoto que partira uma vintena de anos antes rumo ao Brasil. Deixara na terra uma fornada de filhos, tantos e tão pequenos, que precisavam do aconchego dum cesto de quatro alqueires. Um deles já estava na guerra, nessa terra de negros que um dia também sonharam a liberdade e que o verdugo de Santa Comba limitava a cada instante... Afinal fôra também por culpa desse beirão de unhas de fome que um dia atravessou o equador, se separara dos seus, se viu forçado a deitar novas contas à vida.

Tantos anos depois voltava, numa ligeira visita. A velha mãe esperá-lo-ia, nessa alegria doida de anos e anos de saudade. Os filhos, a mulher com quem subira ao altar, os familiares, os amigos e os vizinhos também estariam por lá, na terra que deixou, nas raízes que quase secavam pela ausência prolongada.

E de novo aquele peixe voador, aquele sonho de barbatana a tornar-se asa, a vida dupla que levava, esbracejando uma pequena fortuna na família que aqui e lá se duplicava. Ninguém contava com ele, ninguém o sonhava a cruzar mares, a retemperar forças para o abraço regado a lágrimas. Havia de voltar outra vez, outra vez ainda, pensava quase arrependido, na data que escolhera para a viagem e pelo filho homem que também cruzava a vida numa picada de matope, com a arma a tiracolo numa guerra de antemão perdida. Portugal alimentava-se dum patriotismo balofo e descarado sacrificando em África a juventude por demais obediente e generosa.

Era Agosto quando o navio chegou a Lisboa. A grande ponte a ligar as margens ali estava como uma linha de meta, como bandeira a engalanar a chegada. Soube depois que mais tarde, após a revolução, lhe mudaram o nome, no nome contrafeito que de nascença lhe tinham imposto. Não voltou a passar sob ela. O filho, a caminho das colónias, usou-a como linha de partida... ele, por uma só vez, como linha de chegada.

Voltou ao país, em curtos passeios, umas quatro vezes. Viu crescer a terra, as estradas que se rasgavam, a luz eléctrica que chegava, o telefone em muitas casas da recôndita aldeia onde nasceu. A mãe só da primeira vez a vira... era como se o corpo se tivesse antes negado a partir para o derradeiro abraço.

O filho, que conheceu já adulto, regressou da guerra. Muitos deixaram por África os ossos numa ironia que agonizava o mundo. Foram lá defender a pátria, a pátria de uns tantos portugueses que, para lá estarem, precisavam de carta de chamada a torná-los estrangeiros na própria terra...

Um dia, por telefone, veio a notícia. Acabaram-se as visitas, os pequenos dias de uma vida a fazer de pai, no pai biológico que o destino traçou. Parecia não custar muito a despedida, parecia que afinal já há muito estavam separados. Tempos depois, no tempo em que lhe sentiu a morte, o filho escreveu-lhe a última carta, colocada na lápide com um ramo de flores.

"Sabes pai, quando me disseram que morreste, nem uma lágrima descobri para te dar de oferta. Os dias passaram e com eles chegou-me a saudade e a certeza da tua partida. Dei por mim a pensar em que ano voltarias à terra. Em cada ano que vinhas anunciavas a viagem para o seguinte... Tinhas dito que vinhas para o ano... Já contávamos contigo agora. Preferiste fazer a última em vez das intermédias viagens a que nos habituaste. Não me deste tempo para te dizer que valeu a pena ser teu filho biológico... Os meus pequenos saberes, as capacidades com que enfrento a vida, a coragem que transformo em desafio, a rebeldia que apaga a rotina da vida, a preguiça que me torna um pequeno criador, este amar do mundo... são pedaços que também recebi de ti.

Sem ti era impossível o outro eu..." •

Editorial

Vem aí a Guerra Colonial



António Carreiro

"Que este monumento e estas lápides fiquem, por isso, como um testemunho perene desse sacrifício feito sob a Bandeira Nacional".

Com esta frase o Presidente da República enterrou de vez os preconceitos que têm escondido os portugueses atrás dos tabus, impeditivos de estudar e compreender as campanhas nas ex-províncias ultramarinas, tapando mal, com um véu diáfano, horrores de uma guerra sofrida em todos os lares da Nação.

Demorou-se um tempo de quase 48 anos para assumir o que fomos e explicar aos nossos filhos a dádiva que fizemos ao nosso Estandarte e os malefícios dum regime, orgulhosamente, só de becos sem saída.

Coincidentemente, "A Guerra Colonial: realidade e ficção" está aí no 1º Congresso Internacional promovido pela Universidade Aberta e apoiado pela ADFA que, em simultâneo, realiza o seu IV Congresso a que aquela guerra deu causa, pelas ferroadas profundas, vibradas no corpo de quem ainda a transporta consigo próprio - e são muitos e alguns há mais de 40 anos. Mais de 100 intervenientes vão debatê-la em seis dias, em Lisboa e Porto. A ADFA lá estará para lembrar os mortos e sobretudo chamar a atenção para o sofrimento perene dos vivos e para a mesquinhez do regateio nacional de cuidar dos mesmos, contanto os trocos do tempo de serviço, engendrando meandros jurídicos de campanha, escandalosos no tratamento diferenciado, deixando os africanos a apodrecer - os que serviram o Estandarte, discutindo um decreto 135 ou 136 ou 137 ou o que não vai ser, de 1997.

Pode ser que a partir de agora a juventude - os novos governantes - comecem a ter a oportunidade de conhecer e respeitar aqueles que sentiram orgulho e souberam amar e servir o seu País.

Pode ser que o futuro ainda venha a honrar os deficientes militares da Guerra Colonial que aí está, na pessoa dos nossos filhos que, oxalá, melhor hão-de ver do que os governantes do passado e do presente. •

Serviços Médicos

Consultas de Clínica Geral na Delegação de Famalicão

A Delegação vai arrancar com as consultas desta especialidade no próximo dia 4 de Março, Sábado. As consultas vão ter lugar aos Sábados de manhã, das 9h30 às 13h00, no gabinete médico, na Sede da Delegação. É necessário marcar consulta com antecedência, pois o médico consultará, em princípio, seis doentes por dia.

Se o associado ou familiar tiver direito às ADM e se fizer acompanhar do cartão de beneficiário, não pagará nada pela consulta, limitando-se a assinar um recibo referente ao

valor da consulta, o qual permitirá à Delegação receber a comparticipação respectiva junto dos serviços da ADM.

Se o associado ou familiar não tiver direito às ADM pagará metade do preço da consulta, valor esse, que é muito mais baixo do que aquele que paga actualmente numa consulta normal da especialidade num médico particular ou clínica.

Anquises Carvalho, presidente da Direcção da Delegação, resumiu os moldes em que vai efectuar-se o novo serviço, afirmando

que "o associado e familiares com direito às ADM nada pagam; o associado e familiares sem direito às ADM, pagam metade do preço da consulta, sendo obrigatória a apresentação do cartão de beneficiário."

As consultas para o mês de Março, vão decorrer nos Sábados, dias 4, 11, 18 e 25, das 9h30 às 13h00.

A Delegação apela para que as marcações sejam efectuadas com antecedência, através dos telefones 252 322848 e 252 376323. •

Anquises Carvalho

Delegações Viseu

Opinião

Homenagem aos Combatentes do Ultramar

Os combatentes das guerras do Ultramar foram Portugueses de primeira, como dizem os beirões, "feitos de rija têmpera", são corajosos, destemidos e nada lhes mete medo. A prová-lo está, a sua entrega, a sua dádiva à Pátria no estrito cumprimento do dever de qualquer cidadão responsável.

A cerimónia de descerramento das lápides com o nome dos militares falecidos na Guerra Colonial, foi realizada a 5 de Fevereiro, junto à Torre de Belém, local onde foi a implementação e execução do Monumento aos Combatentes do Ultramar, em Belém, Lisboa.

O Presidente da República, Jorge Sampaio, presidiu à cerimónia de homenagem que constituiu na gravação dos nomes dos mortos da guerra do Ultramar, cerca de nove mil (?), filhos de Portugal em lápides que ocupam a parede do Forte do Bom Sucesso, um "Monumento vivo" que lembra "parte dos custos humanos da guerra".

No cumprimento aos diversos estandartes das associações de combatentes e de deficientes, o Presidente da República dirigiu-se ao representante nacional da Associação dos Deficientes das Forças Armadas e cumprimentou-o efusivamente. Foi um gesto bonito, importante, que, demonstra saber, competência e que assim, qualificou naquele momento a Homenagem como nacional, porque, de facto é a ADFA que acolhe no seu seio o que de mais nobre, mais sublime há na vida

dos povos, as viúvas, os órfãos, os pais de militares falecidos e os combatentes deficientes que mantêm bem viva a chama da Pátria, sofrendo e carregando no corpo os horrores que as guerras provocam.

Na homenagem foi notória a ausência do primeiro ministro, de personalidades do Governo e da Assembleia da República, que tinham obrigação nacional de estar presentes. "Só o Partido Popular, e militares como Vasco Lourenço, Ramalho Eanes, Almeida Bruno, Marques Júnior e Rocha Vieira para falar dos mais conhecidos estiveram presentes na homenagem com o Presidente da República. Também estiveram presentes o ministro da Defesa Nacional, Castro Caldas, o Chefe de Estado Maior das Forças Armadas, Espírito Santo e os três chefes dos três ramos das Forças Armadas. Da política que está no poder, que tem responsabilidades, que sente vergonha, complexos ou pruridos perante uma situação para a qual já se devia ter olhado, esperava-se outra atitude. O Presidente da República viu o facto com outros olhos e teve a coragem de, presidir a esta homenagem e de enviar a sua mensagem congregadora. Só é possível estimular os Portugueses a saber servir Portugal, se todos soubermos homenagear aqueles que serviram o País e por eles morreram. Os faltosos a tão importante acto têm de, "enfiar a carapuça", porque lhes

assenta muito bem. Quem não esteve presente na homenagem aos militares que andaram e morreram na Guerra Colonial? Os governos, os políticos, bons ou maus, passam e são julgados pela História. Portugal não passa: É a História com heroísmos ou fracassos, com grandeza e misérias, com luzes e sombras dos que nos precederam, dos que estamos e dos que ainda hão-de vir.

O Presidente da República considerou, que, os militares mortos na Guerra Colonial são credores de uma homenagem nacional? Temos vergonha, complexos ou pruridos? Já é tempo de voltar a ouvir o Presidente da República quando afirmou que é imprescindível que "os Portugueses aprendam e sintam orgulho em amar e servir o seu País".

Não há famílias que, de Norte a Sul e Ilhas, não tenham vivido a Guerra de África onde os seus filhos, familiares ou amigos lutaram e tantos milhares deram a vida. Em nome dos mortos e dos vivos que ainda sofrem, é um dever reparar todas as injustiças, sejam elas morais, ou materiais.

O Presidente da República, Jorge Sampaio, demonstrou com a sua atitude que, valeu a pena ter lutado em defesa dos valores da Pátria onde, com a coragem dos Capitães de Abril, vivemos hoje em Liberdade e em Democracia. •

João Gonçalves

Carrinha para Viseu



No mês de Janeiro os associados da região da Delegação de Viseu fizeram chegar aos serviços da Delegação os seguintes donativos, para ajudar a efectuar o pagamento da carrinha: Agripino M. Santos, com 10.000 escudos; Jofre M. Martins, Hermínio F. Amaral, com 5.000 escudos; Agostinho O. Silva, com 3.000 escudos; António R. Pereira, José L. Lopes, com 2.800 escudos; António C. V. Digo, com 1.000 escudos. •

IV Congresso da ADFA

Na área da Delegação de Viseu, os Órgãos da Delegação efectuaram reuniões em Viseu e na Guarda, consultando os associados analisando as propostas já existentes que a Comissão Organizadora Nacional do IV Congresso lhes fez chegar, juntando para a discussão a proposta dos associados Patuleia Mendes e Lopes Dias, apresentadas na reunião do Conselho Nacional, realizada em Janeiro de 1998.

Analisadas as propostas e os pontos de vista dos associados sobre o futuro a seguir pela Associação dos Deficientes das Forças Armadas, decidiu-se apresentar um trabalho à Comissão Organizadora Nacional do IV Congresso, que vai ser adicionado às teses.

Vamos em frente, rumo ao Futuro. •

J.G.

Assembleia Geral da Delegação

Decorreu dentro do previsto a Assembleia Geral da Delegação de Viseu. Este ano sem a presença de qualquer membro dos Órgãos Sociais Nacionais, a DD recebeu do Conselho Fiscal Nacional uma nota de confiança em si depositada e sobre impossibilidade de estar presente qualquer membro do Conselho.

O Relatório de Actividades e Contas, foi debatido durante mais de duas horas e foi aprovado por unanimidade, e durante a discussão, que foi bastante viva e participada, ainda se analisaram alguns pontos da vida da ADFA, no seu todo nacional. Dos temas tratados será dado conhecimento aos Órgãos Sociais Nacionais. •

J.G.

Breves

Famalicão

Consultas de Estomatologia

A Delegação de Famalicão está a implementar um protocolo de serviços com um médico dentista (filho de um associado), com consultório em Famalicão.

Este protocolo vai permitir aos associados e seus familiares beneficiarem de diversas regalias no que respeita a consultas de Estomatologia.

Os interessados podem desde já contactar os serviços de secretaria da Delegação. •

ADME

Com o intuito de receber as comparticipações da ADME em nome dos associados ou familiares, a Delegação de Famalicão tem que apresentar fotocópias do cartão de beneficiário do titular ou agregado em algumas unidades ou serviços.

É necessário, por isso, que os associados enviem ou entreguem na Delegação, se ainda não o fizeram, as fotocópias dos cartões, o mais rapidamente possível.

Os pagamentos das comparticipações das ADM aos nossos associados são feitos actualmente por transferência bancária através da Caixa Geral de Depósitos (CGD), da conta da Delegação para as contas dos associados.

"Se ainda não nos enviaste fotocópia do número da tua conta na CGD, fotocópia da primeira página da caderneta onde estão escritos o nome dos titulares e o número de conta, fá-lo rapidamente", solicita aos associados a Delegação de Famalicão. •

Museu da Guerra Colonial



A Delegação de Famalicão está a tentar transferir o Museu para umas instalações provisórias ao lado das actuais, libertando assim o espaço que ocupa na Sede. As conversações estão já muito avançadas com as chefias militares para a cedência de viaturas e material de guerra, encontrando-se as mesmas bem encaminhadas.

Além destes contactos, a Delegação de Famalicão vai celebrar um protocolo de colaboração e intercâmbio com o Museu Militar do Porto, recebendo por empréstimo diverso material.

No seu apelo à colaboração dos associados a Direcção da Delegação lança o repto: "se tens objectos relacionados com o tempo que passaste no Ultramar, empresta ou doa ao nosso Museu as tuas recordações desse período difícil da tua vida. As tuas recordações enriquecem-no e nós preservá-las-emos com todo o carinho. O Museu também é teu. Colabora connosco e dignifica-o, pois é único no País." •

R.V.

III Encontro desportivo da ADFA

Sábado animado na Sede



Entrega do Troféu ao 1.º classificado do Torneio de "Snooker"

O dia começou com a chegada dos participantes das modalidades de Ténis de Mesa e Snooker do III Encontro Desportivo da ADFA, realizado na Sede Nacional, em Lisboa, no dia 26 de Fevereiro.

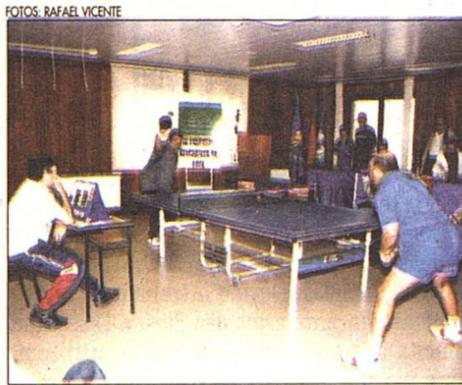
Foram cerca de duzentos os participantes no encontro, entre praticantes das modalidades, amigos e familiares.

A Sede fervilhava com as movimentações dos que queriam acompanhar, ao mesmo tempo, as várias modalidades que se disputavam nos dois pisos do edifício.

O Ténis de Mesa, modalidade que registou grande adesão, contou com a participação de 20 competidores. As diversas fases do torneio disputaram-se em agradável convívio despor-

tivo, com especial destaque para a boa disposição dos participantes, nomeadamente para as partidas em que jogou o associado da ADFA, Abel Pascoal, que não perdeu oportunidades de fazer valer os seus dotes de humorista. E foi este associado que alcançou o honroso resultado de segundo classificado, com direito ao respectivo troféu e medalha.

Numa final que disputada com outro Pascoal, Daniel de seu nome, da ANDEMMOT, o associado Abel Pascoal não resistiu ao poderoso "smash" do adversário. O desportista da ANDEMMOT, Daniel Pascoal levou consigo a taça para o primeiro lugar, depois de uma vitória por dois tentos a zero sobre o nosso divertido associado.



FOTOS: RAFAEL VICENTE



O Encontro desportivo prolongou-se por todo o dia

Em terceiro lugar ficou Mata da Silva, associado da ADFA e conhecedor das "manhas" da modalidade, deixando ficar junto dos outros desportistas o impacto de quem sabe com base na experiência. A quarta posição foi conquistada por João Carlos, da APD de Lisboa, também ele muito habituado a ganhar prémios desportivos da modalidade.

Regina Peyroteo assistiu aos jogos e pôde observar as actividades em que participaram os desportistas da Crinabel, ANDEMMOT, do Grupo Desportivo do Murtalense, da APD e alguns individuais que foram acolhidos pelos associados da casa.

O Remo "Indoor" foi a modalidade praticada pela tarde, com a maior afluência de atletas, pais e amigos. Não sendo uma ronda competitiva, decidiu-se atribuir a todos os participantes uma medalha de participação e às instituições um troféu comemorativo. Foram 86 pessoas a remar, entre as quais estiveram os associados da ADFA Valdemar Monteiro e Xavier Sadamela. Pais e amigos torceram para as remadas mais fortes e a tarde passou sem que se desse por isso.

Sobre o "Snooker", Simão Roças, membro da Direcção Nacional que fez parte da organização do evento, referiu que "os amigos juntam-se, as técnicas desenvolvem-se, a prática apura-se e temos um bom encontro em volta do pano verde."

Foi a modalidade que durou mais tempo, começando de manhã e prolongando-se pela

tarde. Compareceram 20 "ases da tacada", quatro deles federados, para mostrar que a ADFA já não está só a brincar no que toca a atingir resultados. "Os jogadores empenharam-se para que as jogadas fossem precisas, mas com beleza artística", referiu Simão Roças, também ele entendido na modalidade.

Os jogadores dividiram-se entre o "snooker" e a amena cavaqueira, enquanto outros observavam, aplaudindo com estalos de dedos as melhores tacadas.

Os mestres da tarde foram Francisco Rogério, associado da ADFA, e Joaquim Lopes, amigo da Associação, conquistando, respectivamente, o primeiro e o segundo lugares nas classificações.

O associado Francisco Rogério ganhou a partida com o renhido resultado de três a dois e celebrou a vitória com os amigos da "torcida" que o acompanhavam.

Outro associado que também brilhou neste dia de "Snooker" foi Serafim Rodrigues, que abriu caminho até ao quarto lugar, conquistando-o na meia final disputada com António Morais, que ficou com o terceiro lugar que lhe valeu o aplauso geral e merecido.

Entre a assistência estiveram alguns elementos dos Órgãos Sociais Nacionais, que reputaram este evento como "uma actividade que coloca a ADFA no circuito desportivo das outras instituições, sendo uma iniciativa a incentivar em todas as suas vertentes." •

R.V.

ADFA cede espaço à Associação de Amizade com Timor Loro Sae

A ADFA cedeu um espaço, na Quinta das Camélias, à recém-criada Associação da Amizade Portugal - Timor Loro Sae, para que possam efectuar-se as reuniões de trabalho desta associação.

Um grupo de personalidades constituiu esta associação sem fins lucrativos, na sequência do apoio prestado pelo povo português à causa de Timor independente.

Nos objectivos estatutários desta associação estão incluídos a promoção, por todos os meios e locais, do conhecimento e das relações de amizade, da compreensão e ajuda recíproca entre os povos irmãos de Portugal e de Timor Loro Sae, "divulgando junto do povo português e também junto dos povos do Mundo a luta do povo timorense pela libertação, independência e edificação da sua Pátria, bem

como incentivando todas as formas de apoio a essa luta."

"A ADFA sempre teve boa relação com a comunidade timorense, solidarizando-se com as iniciativas do CNRT. Na FMAC, a ADFA apresentou propostas para uma solução pacífica da situação de Timor, tendo agora cedido um espaço à associação para que possa efectuar a suas reuniões", salientou Hum-

berto Sertório, presidente da DN, que lembrou que "dentro deste princípio, e como a associação ainda não tem sede, a DN, consultando os outros Órgãos Sociais Nacionais, entendeu ceder provisoriamente esse espaço na Quinta das Camélias." "A nossa colaboração vem no seguimento dos nossos princípios de solidariedade", sublinhar. •

R.V.

Novos telefones

Os números de telefone e fax da Sede Nacional da ADFA foram alterados.

Os novos contactos são os seguintes:

Telefone: 21 751 26 00 / 01 / 02 / 03 / 04 / 05 / 06 / 07 / 08 / 09

Fax: 21 751 26 10 (GOS-Geral) e 21 751 26 69 (Depto. Financeiro)

Ciclistas em reunião

A Secção de Ciclismo da ADFA convida todos os associados interessados na modalidade a participarem na reunião que vai ter lugar no próximo dia 10 de Março, Sexta-feira, pelas 18h30, na Sede Nacional.

Para qualquer esclarecimento, os associados interessados podem contactar o DACDLA, pelo telefone 21 751 2600, extensão 214.

Entidades que concederam patrocínios e apoios ao III Encontro Desportivo

Águas do Alardo
Águas do Luso
Águas do Vimeiro
Banco Montepio Geral
Banco Português de Investimento
BIC
Caixa Geral Depósitos - Sede
Câmara Municipal de Lisboa

Central de Cervejas
Correio da Manhã
Correios de Portugal
CP - Caminhos de Ferro
Federação Portuguesa de Remo
Fidelidade de Seguros
Junta de Freguesia da Ameixoeira
Matutano

Mercato
Móvil Oil Portugal
Panrico
Parmalat
Petrogal
Portugal Telecom
Refrige - Coca Cola
Restaurante "O Difícil"

Salsicharia Isabar
Santa Casa da Misericórdia de Lisboa
Sporting Clube Portugal
Telecel
Trevauto
TV Cabo Portuguesa
Unicer - União de Cervejas

Novas instalações com melhores acessos

A Delegação de Coimbra vai proceder à transferência das suas instalações da Avenida Fernão de Magalhães para a Rua 1.º de Maio, em Fala, S. Martinho do Bispo, Coimbra.

A aquisição destas instalações fez-se por meio de permuta do andar actual pelas novas instalações, havendo uma compensação ao dono do novo prédio em publicidade no ELO e a comparticipação de um associado em contrapartida da cedência de um pequeno espaço autónomo.

"Ao cabo de dois anos de busca, conseguimos uma cave ao nível de rés-do-chão que, cremos, satisfaz os nossos anseios quanto a instalações condignas para qualquer tipo de deficiência", afirmou a Direcção da Delegação.

A permuta foi aceite pela Direcção Nacional, sob condição de ratificação das respectivas Assembleias Gerais. Entretanto a permuta foi já ratificada pela Assembleia Geral da Delegação apenas com uma abstenção e sem votos contra.

A instalação dos serviços da Delegação da ADFA requer ainda algumas obras de adaptação, pelo que se prevê que a entrada em funcionamento da Delegação tenha início durante o mês de Abril.

Em consequência das mudanças para as novas instalações os serviços vão estar encerrados de 23 Março a 2 de Abril. A partir de 20 de Março, para qualquer urgência, os associados podem contactar ou mandar a sua correspondência para a nova Sede, Rua 1.º de Maio, n.º 68 - cave - r/c - Fala - S. Martinho do Bispo - 3040-181 Coimbra.

Os telemóveis para onde podem contactar a Delegação são os seguintes: 91 777 0241 (Lucas), 91 777 0475 (Parracho) e 93 935 2695 (Laurinda). Devido à transferência dos telefones durante estes dez dias, a Delegação solicita aos associados que não os utilizem, uma vez que a partir de 3 de Abril estarão operacionais, mas com novos números.

A Delegação vai poder agora contar com maior participação associativa, uma vez que o acesso e o estacionamento vão deixar de ser problema para os associados e amigos que quiserem deslocar-se à ADFA de Coimbra.

Em termos de acessos, a Delegação fica localizada num sítio privilegiado com transportes rodoviários e ferroviários e a pouco tempo do centro da cidade de Coimbra.

Junto ao rio Mondego, na nova estação dos caminhos de ferro, passa o autocarro 22T, de hora a hora, via Santa Clara/Hospital dos Covões. Junto ao Hotel Astória passa o autocarro 22, via avenida Fernão de Magalhães, Escola Agrícola. Estes autocarros têm paragem mesmo junto à nova sede da Delegação, e circulam em sentidos opostos de hora a hora.

O comboio fica a cerca de 400 metros, no apeadeiro da Espadaneira, linha de Coimbra/Alfarelos/Figueira.

Para quem se desloque à Delegação em viatura própria, ao transitar pela auto-estrada, sai em Coimbra/Sul, portagem de Taveiro, segue na direcção de Coimbra pela via rápida e a cerca de 1800 metros, corta à direita em

direcção a Fala, estando a 400 metros da Sede.

Ao vir de Leiria/Pombal/Condeixa/Tomar, quando chega a Coimbra, aos semáforos da Ponte de Santa Clara, o visitante corta à esquerda em direcção à auto estrada Lisboa/Porto, passando na via rápida por baixo de duas passagens aéreas de peões. A seguir corta à direita para Fala, S. Martinho do Bispo, passa o viaduto por cima da via rápida em que vinha a circular, corta à direita na Rua 1.º de Maio, a cerca de 700 metros da Sede, que fica no n.º 68, do lado direito da rua.

Se o associado ou visitante vem de Viseu, Águeda pela A1 ou pelo IP3, vem para Coimbra pela IC3 e, em vez de entrar para Coimbra, segue a IC3 em direcção a Lisboa/Porto - auto estrada. Entra na via rápida e faz o mesmo trajecto anterior.

Ao contrário do que se passava, com a Delegação instalada num sexto andar em plena cidade de Coimbra, agora vai ficar localizada numa superfície de 160 metros quadrados de área, num piso térreo. O estacionamento deixa de ser um problema, graças às novas possibilidades que a nova localização da Delegação oferece.

Dentro do perímetro da cidade de Coimbra, a Delegação da ADFA está agora mais acessível a todos os que aí se quiserem deslocar.

R.V.

Breves

Novas instalações Delegação precisa de donativos

Para fazer face às obras que já estão a efectuar-se nas novas instalações, com acessibilidade a todo o tipo de deficiência e parque privativo para viaturas com 80 metros quadrados, a Delegação de Coimbra apela à boa vontade de todos os associados para que possam contribuir de modo a saldar quatro mil e trezentos contos, orçados para a operacionalidade das instalações.

Os associados e amigos podem transferir as suas ofertas para a conta da Caixa Geral de Depósitos - S. Martinho do Bispo, n.º 0740.004368.530.

Viatura para a Delegação Coimbra sobre rodas

Durante o mês de Fevereiro registámos as seguintes ofertas para a carrinha: José L. Matos e José M. Vasconcelos, com 5.000 escudos cada.



Centro de Reabilitação Profissional de Gaia

Sistema de apoio ao emprego

Sessão de abertura dos pólos de Vila Nova de Gaia



Lúis Filipe Menezes assistiu atentamente à demonstração do SAE em Vila D'Este.

Realizou-se no dia 19 de Janeiro, a sessão de abertura dos pólos do Sistema de Apoio ao Emprego (SAE) no concelho de Gaia. Este Sistema, que é fruto de uma iniciativa conjunta entre o Centro de Reabilitação Profissional de Gaia (CRPG) e a Companhia IBM Portuguesa, dentro do âmbito do programa de cidadania empresarial desenvolvido pela IBM a nível mundial, consiste na utilização inovadora das tecnologias da informação no apoio ao emprego de desempregados de longa duração, desfavorecidos face ao emprego - pessoas com deficiência, minorias étnicas, pessoas em risco de exclusão - pessoas com baixas qualificações e/ou em risco de desemprego e pessoas que vivem em círculo de pobreza instalada. O SAE disponibiliza dois tipos de serviços:

Quiosque Informativo e o Café Virtual.

O Quiosque Informativo está organizado em três módulos:

No módulo "Avaliação/Orientação" os utilizadores podem consultar descrições das diferentes áreas profissionais, ou obter informações sobre programas de avaliação e orientação vocacional, bem como sobre as instituições que os disponibilizam. Os utilizadores têm, também, a oportunidade de auto-avaliar as suas competências vocacionais, identificar as eventuais barreiras à obtenção de emprego e diagnosticar as suas necessidades de formação.

No módulo "Formação Profissional" são fornecidas informações sobre os organismos, públicos e privados, que disponibilizam for-

mação profissional, assim como sobre legislação e programas de apoio, nacionais e comunitários.

O módulo "Colocação Profissional" é vital em todo o sistema, porquanto nele se encontram dados sobre ofertas e oportunidades de emprego, para além da legislação, programas e organismos de apoio. Simultaneamente, o utilizador tem a possibilidade de usufruir de um pacote auto-formativo destinado a desenvolver competências-chave para o acesso e manutenção do emprego.

O Café Virtual encontra-se estruturado segundo os mesmos módulos - avaliação e orientação, formação, colocação profissional - agora configurados como temas de discussão entre os utilizadores - via correio electrónico e grupos de discussão. Criam-se, assim, múltiplos grupos de partilha de experiências e ajuda mútua, sempre apoiados por um animador local e por um especialista que assegura a dinâmica do grupo à distância.

Nos pólos, os utilizadores têm ao seu dispor um conjunto de computadores, um dos quais adaptado para pessoas com deficiência. Autonomamente ou com o apoio do animador local, os utilizadores podem utilizar o sistema de acordo com as suas necessidades.

Este projecto centra-se numa parceria estratégica que mobiliza os diversos actores sociais para a resolução do problema do emprego através do recurso às tecnologias da informação e comunicação.

O SAE está disponível em 5 pólos disseminados pelo concelho, suportados por uma rede telemática que assegura a sua gestão, situando-se nos seguintes locais:

Câmara Municipal de Gaia - Urbanização Vila D'Este, lote 73, Rua das Mimosas Vilar de Andorinho 4430-569 V. N. de Gaia/Centro

Histórico de Gaia - Av. Ramos Pinto - Cais de Gaia, 4400-266 V. N. de Gaia.

Centro de Reabilitação Profissional de Gaia (CRPG) - Av. João Paulo II, 4405-075 V.N. de Gaia.

Centro de Emprego de V.N. de Gaia (IEFP) - Edifício Europa, Av. da República, 1786 - r/c, 4430-194 V.N. de Gaia.

Associação Comercial e Industrial de Gaia (ACIGaia) - Av. da República, 419 - 2.º Esq. 4430-199 V.N. Gaia

Além dos pólos do concelho de Vila Nova de Gaia, o SAE também está disponível na Loja do Cidadão do Porto, nas Antas.

A cerimónia decorreu no pólo de Vila D'Este e contou com a presença de Luís Filipe Menezes, presidente da Câmara Municipal de Vila Nova de Gaia, de José Joaquim de Oliveira, administrador-delegado da Companhia IBM Portuguesa, de Francisco Claro de Oliveira, presidente da Associação Comercial e Industrial de Gaia, de Carlos Frágão, director do Centro de Emprego de Gaia do IEFP, e Jerónimo de Sousa, director do CRPG.

O CRPG desenvolveu o Sistema e assegura a sua manutenção, para reformatação da oferta no sentido de a descentralizar, permitindo uma aproximação dos serviços aos clientes, através de um funcionamento interactivo e da dinamização de grupos de discussão "online", pretendendo complementar os serviços disponibilizados pelo Centro de Emprego, CRPG, e outros.

O desenvolvimento do SAE contou com o apoio da Companhia IBM Portuguesa, no âmbito do projecto "Training for Work", que disponibilizou o hardware, software e a experiência técnica, e da Iniciativa Comunitária Emprego Eixo HORIZON.

Luísa Nero

Reunião de associados

ADFA Porto prepara Congresso

FOTO: ANABELA VIEIRA



Na reunião foram debatidos alguns temas para o IV Congresso

A Delegação do Porto continua a preparar o Congresso Nacional da ADFA que vai ter lugar no próximo mês de Abril.

Neste sentido, teve lugar mais uma reunião com associados, na Delegação do Porto, no passado dia 19 de Fevereiro. Em debate estiveram os temas referentes à postura da ADFA na FMAC e o desenvolvimento futuro da Associação. A discussão destes temas contou com a participação de cerca de meia cen-

tena de associados entre os quais Humberto Sertório, Joaquim Póvoas e Catarino Salgado, associados que vão apresentar estes temas no Congresso.

No que respeita à participação da ADFA na FMAC, a principal conclusão a retirar do debate prende-se com o facto de que a ADFA pode influenciar a FMAC no sentido de implementar uma maior democratização interna e a preservação dos valores defendidos pela

ADFA. Por outro lado, a participação neste organismo deve reflectir uma dimensão nacional, cabendo ao Conselho Nacional da ADFA definir as linhas de orientação da política externa da ADFA.

Quanto ao tema respeitante ao desenvolvimento futuro da ADFA, este tema foi posto à discussão por Joaquim Póvoas e Humberto Sertório, que defendem que a ADFA deverá seguir uma política aberta ao exterior, o que, aliás, já tem vindo a acontecer, devendo, no entanto, essa abertura ser intensificada. Uma outra proposta apresentada por estes dois associados prende-se com a criação de uma estrutura paralela à ADFA, que deverá ser autónoma, mas que deverá ser utilizada no sentido de servir os interesses da ADFA e dos seus associados, um pouco à semelhança do que já acontece com o Centro de Reabilitação Profissional de Gaia.

Segundo Humberto Sertório esta proposta passa apenas por uma reorganização da estrutura interna da ADFA, separando o associativismo das outras vertentes, por forma, diz, "a tornar o associativismo e a parte reivindicativa cada vez mais forte".

No entanto, segundo alguns dos associados presentes a grande questão que deverá ser discutida no Congresso passa pela escolha do modelo de associação que se pretende para o futuro e a melhor forma de o implementar. •

A.V.

Unanimidade

Assembleia aprova actividades e contas

Realizou-se no passado dia 12 de Fevereiro a Assembleia Geral Ordinária da Delegação do Porto para apreciação e votação do Relatório de Actividades e Contas referentes ao ano de 1999.

No entanto, e antes da entrada no primeiro ponto da ordem de trabalhos, a Assembleia ratificou por unanimidade a substituição do segundo vogal da Direcção da Delegação, Manuel Ribeiro, por Montalvão Coelho. Uma substituição feita a pedido do próprio associado Manuel Ribeiro, que evocou motivos de ordem pessoal para a sua saída da Direcção.

Apesar de pacífico, o debate em torno do

Relatório de Actividades e Contas levou a que vários associados tenham interpelado a direcção a propósito de alguns actos de gestão. No entanto, obteve o parecer favorável, tanto do Conselho Fiscal, como do Conselho de Delegação, que igualmente deu o seu parecer favorável no que respeita à execução do orçamento.

Postos à votação, os documentos foram aprovados pela unanimidade dos cerca de 50 associados presentes, que de igual forma aprovaram duas propostas. A primeira tem que ver com um agradecimento a todas as instituições e entidades que colaboraram com

a Delegação no ano transacto, devendo-lhes ser transmitido esse mesmo agradecimento. A segunda proposta prende-se com um incentivo aos trabalhadores da Delegação para que continuem o bom desempenho das suas funções, facto que tem sido relevante para a melhoria da prestação de serviços na Delegação.

Esta assembleia terminou com um apelo da DN à participação dos associados na preparação do 4º Congresso Nacional da ADFA, que terá lugar em Abril deste ano, em Lisboa. •

A.V.

Concurso de fotografia

A Junta de Freguesia de Ramalde, no Porto, está promover um concurso de fotografia subordinado ao tema "Recantos de Ramalde". O concurso está aberto a todos os portugueses e tem por objectivo revelar novos valores,

além de sensibilizar a população para o conhecimento desta freguesia.

Os três melhores trabalhos serão premiados com quantias de 20, 40 e 60 contos.

Os interessados deverão enviar os seus

trabalhos até ao próximo dia 28 de Abril para a Junta de Freguesia de Ramalde. O regulamento deste concurso está à disposição na Delegação da ADFA no Porto. •

A.V.

Campanha "2000 no ano 2000"

A Delegação do Porto fechou o ano de 1999 com o número de 1795 associados no pleno gozo dos seus direitos. Este número é o mais elevado dos últimos dez anos e os dirigentes da Delegação estão convictos de que ainda poderá ser melhorado com o contributo e empenho de todos os associados.

Este é um esforço que pedimos a todos, e

que poderá ser levado à prática das seguintes formas:

Os associados que ainda não regularizaram as suas quotas deverão fazê-lo o mais rápido possível;

Os associados que conheçam outros que por razões muitas vezes compreensíveis se afastaram da sua ADFA, deverão motiva-los a

retomar a vida associativa, regularizando a sua situação.

Se todos nos empenharmos será possível chegar ao final do ano 2000 com 2000 associados no pleno gozo dos seus direitos.

Com o teu contributo a Delegação poderá prestar mais e melhores serviços. •

Abel Fortuna

SERVIÇOS DA DELEGAÇÃO

APOIO AOS SÓCIOS

Serviço de Atendimento

Assistentes: Sónia Aguiar e Rogério Nascimento

Dias úteis: 9H00/ 12H30 e 13H30/17H30

1º Sábado do mês: 10H00/013H00 e 14H00/ 17H30

Consultadoria Jurídica

Responsável: Dra. Manuela Santos
Marcações no Serviço de Atendimento

Aquisição de Viaturas com Isenção de Imposto

Assistente: Elisabeth Couto

SERVIÇOS MÉDICOS E PSICOSSOCIAIS

Clinica Geral: Dr. Aníbal Montalvão

3ª Feiras das 15H00 às 19H00

Marcações no Serviço de Atendimento

Psicologia: Dra. Ana Conde

Marcações com a própria

Gabinete de Serviço Social

Responsável: Dra. Margarida Marques
Delegação

4ª Feira - 14H00/ 17H30

5ª Feira - 9H00/ 12H30

Hospital Militar

4ª Feira - acompanhamento de consultas específicas (Fisioterapia)

5ª Feira: 14h30/ 17h30

CENTRO DE ACTIVIDADES OCUPACIONAIS

Inscrições no Gabinete de Serviço Social

DESPORTO CULTURA E LAZER

BIBLIOTECA

CAMPO DE JOGOS

Responsável: António Carvalho

2ª a Sábado - Marcação Prévia

Domingos de manhã - Reservado a associados e familiares

GINÁSTICA DE MANUTENÇÃO

Monitor: Professor Miguéis

3ª e 5ª Feira - 17H00 às 19H00

BAR

Dias úteis - 8H00/ 19H00

Sábados - 9H00/ 19H00

RESTAURANTE (Almoços)

Dias úteis - 12H30/ 14H30.

1º Sábado do mês - 12H30/ 14H30

Marcação Prévia

CONTACTOS:

Telefones: 22 832 0403

22 832 0744

Fax: 22 832 5242

Conselho Consultivo para os Assuntos dos Deficientes das Forças Armadas

Reunião extraordinária sobre associados africanos

Analisar as questões que envolvem os associados africanos que combateram pelas Forças Armadas Portuguesas na Guerra Colonial designadamente para que se tomem medidas que permitam diminuir o tempo da sua permanência em Portugal, simplificando os processos de qualificação como DFA, foi um dos objectivos da reunião extraordinária do Conselho Consultivo para os Assuntos dos Deficientes das Forças Armadas (CCADFA), realizada no dia três de Fevereiro, no Ministério da Defesa Nacional.

A reunião, que contou com a presença do representante da ADFA, Catarino Salgado, primeiro vice-presidente da DN, também versou sobre a aquisição de nacionalidade por parte destes cidadãos que se deficientaram ao serviço das tropas portuguesas.

O representante da ADFA referiu que a Associação "teve conhecimento de que o Presidente da República, através do provedor de Justiça, fez um pedido de inconstitucionalidade do preceituado no artigo 1º do DL 43/76, onde está patente a expressão "cidadãos nacionais" para efeitos de aplicação desse decreto-lei."

"Não há razão para que os deficientes militares africanos que na altura eram cidadãos nacionais e que hoje têm outra nacionalidade não tenham direito a uma pensão", salientou Catarino Salgado, que destacou ainda que o assunto foi entregue ao Tribunal Constitucional.

"Continua por resolver o problema urgente do acolhimento aos deficientes militares que vêm, especialmente, de Moçambique, pois é necessário que o Exército resolva essa situação problemática", lembrou o representante da ADFA. "Uma hipótese será levar os deficientes militares africanos para a porta do Ministério da Defesa Nacional (MDN)", avançou.

A ADFA insistiu sobre a concretização de um levantamento sobre a situação que os deficientes militares vivem em Moçambique, mas ainda nada foi decidido. Avançou-se a hipótese de poder vir a efectuar-se o tratamento médico e clínico dos DFA moçambicanos na África do Sul, mediante acordo entre os governos de Portugal e daquele País. "Os representantes do MDN informaram sobre uma reunião que vai realizar-se a nível

inter-ministerial, envolvendo os ministérios da Defesa Nacional, da Administração Interna e dos Negócios Estrangeiros, para minorar as dificuldades dos deficientes africanos", lembrou Catarino Salgado.

Outra das questões debatidas prende-se com as milícias da Guiné, tendo a ADFA lembrado que se aguarda há quatro anos que seja publicada nova legislação que abranja estes casos, uma vez que se justifica o alargamento do prazo estipulado nos diplomas existentes.

Sobre a aplicação do decreto-lei 134/97, de 31 de Maio, a ADFA solicitou a marcação de uma reunião urgente do Conselho Consultivo apenas dedicada a este assunto. Foi feita alusão aos cerca de dez recursos ganhos que não tiveram provimento por parte dos três ramos das Forças Armadas.

"Temos exercido alguma pressão junto do MDN para que seja posto em prática o projecto legislativo sobre a contagem do tempo de serviço e sejam tomadas medidas em relação à disparidade das decisões das Juntas Médicas Militares e da Caixa Geral de Aposentações (CGA)", salientou Catarino Salgado.

Outras informações da DN

Catarino Salgado informou o ELO sobre a mudança do serviço de pré-impressão e fotocomposição para as instalações da Tipografia-Escola da ADFA, por razões de operacionalidade desse serviço, estando já em laboração normal.

Sobre a questão das instalações da Quinta da Grotinha, nos Açores, foi avançado que o MDN vai proceder à resolução desta situação, uma vez que a ADFA já apresentou um projecto que inclui a adaptação dessas instalações a um centro de próteses.

O representante da DN informou também que a ADFA já realizou uma reunião na CGA para debate da nova legislação sobre os acidentes em serviço e doenças profissionais na Administração Pública, sendo nessa ocasião decidido apresentar um documento onde se exponham as dúvidas que este diploma suscitou na Associação. Esta questão vai também ser apresentada na próxima reunião do CCADFA. •

R.V.

Departamento de Reabilitação e Apoio Social

Voluntários já estão a colaborar

"Já há associados voluntários a proceder ao levantamento das condições de vida dos deficientes militares com mais de 80 por cento de incapacidade", afirmou ao ELO Silvério Rodrigues, coordenador do Departamento de Reabilitação e Apoio Social (DRAS) da ADFA, destacando que os voluntários já estão a proceder à recolha de informações sobre os associados residentes nos concelhos de Barreiro, Almada, Seixal, Oeiras, Cascais, Sintra, Amadora e nas zonas dos Olivais e Chelas.

Os cinco associados que se ofereceram para colaborar na realização deste inquérito responderam ao apelo do coordenador publicado nas últimas edições do ELO.

Silvério Rodrigues realçou ainda a necessidade de dar cobertura ao concelho de Lisboa e às zonas de Vila Franca de Xira, Sacavém, Loures e Torres Vedras, apelando aos associados contactados para que se disponibilizem a responder ao inquérito, "por ser da maior importância face ao estudo que preten-

de fazer-se sobre as condições de vida dos associados e para actualizar a nossa base de dados."

O coordenador do DRAS referiu ainda que a assistente social do Lar Militar da Cruz Vermelha Portuguesa, em Lisboa, está a efectuar o inquérito aos associados aí residentes.

Além de ter afixado a informação sobre o levantamento informativo nos painéis da Sede, o Departamento está a efectuar contactos telefónicos com alguns associados para

que se dirijam ao Serviço Social da Sede para responder ao inquérito. "Aqueles que não puderem deslocar-se à Sede vão poder responder via telefone ou através de entrevista pessoal com os voluntários credenciados pela ADFA ou funcionários do Departamento que se deslocarem ao domicílio para o efeito", garantiu Silvério Rodrigues, sublinhando a necessidade e a importância da maior adesão possível à iniciativa da ADFA. •

R.V.

Informática para cegos

Parceria para formação habilita associados

Terminou no dia 24 de Fevereiro o curso de Informática para associados cegos que decorreu na Sede de Dezembro a Fevereiro.

O curso especial de habilitação para a Informática para associados cegos teve o apoio da Associação Promotora de Emprego de Deficientes Visuais (APEDV) e visou dotar o grupo de oito associados de conhecimentos na óptica do utilizador, recorrendo a sintetizadores de voz e a software de leitura do ecrã "Window Bridge".

O curso foi encerrado com o almoço de confraternização realizado no restaurante da Sede, num encontro que contou com a presen-

ça dos formadores Aquilino Rodrigues e Alexandre Ovídio e do presidente da APEDV, Assis Milton.

Jorge Maurício, presidente da Mesa da Assembleia Geral Nacional da ADFA, participou também no curso e referiu a "excelente parceria entre a ADFA, a APEDV e a Electrosertec, que originou um curso de formação em que a grande competência técnica dos formadores esteve de mãos dadas com uma grande sensibilidade para a problemática da deficiência, com um óptimo resultado global."

Foi também agradecido o empenho dado

pela DN ao curso que não tem apoios financeiros previstos nos quadros normais do Instituto do Emprego e Formação Profissional, mas que através de várias diligências foi possível concretizar.

A DN manifestou a sua total disponibilidade para programar novas acções de formação para estes e outros associados.

Em nome da APEDV e dos técnicos da Electrosertec, Assis Milton mostrou-se muito gratificado pelo esforço que desenvolveram em virtude de este ter sido muito útil e de representar "uma etapa importante nas suas vidas profissionais."

FOTO: ARQUIVO ADFA



O presidente da APEDV disse ainda que o esforço que têm desenvolvido nos conhecimentos técnicos que possuem foi bem empregue e que "este curso significa para a equipa um estímulo e uma grande vontade de continuar e melhorar." •

R.V.

DELEGAÇÃO DE CASTELO BRANCO CONVOCATÓRIA

Nos termos do n.º 1 do art.º 49 dos Estatutos da ADFA, convocam-se os associados da Delegação de Castelo Branco, para a Assembleia Geral Ordinária, a realizar na sede da Delegação, com início às 14h30 do dia 25 de Março de 2000, para apresentação do Relatório de Actividades e Contas relativo a 1999.

O presidente da MAGD
Joaquim Louro Batista

jam

equipamentos e serviços para veículos especiais (soc. unip.), lda
representante exclusivo da

KEY
technology

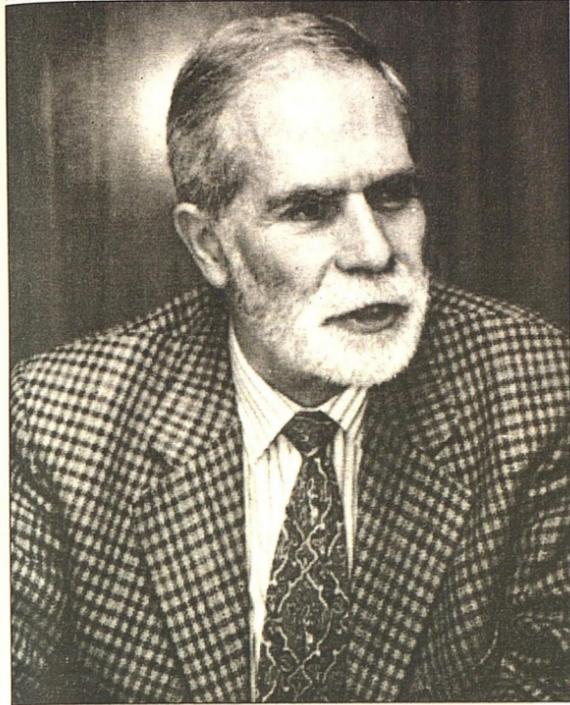
em transformações de viaturas para deficientes

zona industrial dos padrões - 3740 sever do vouga - portugal
telefone: 351-34-59 81 61 * fax: 351-34-59 81 62 * jamacedo@mail.telepac.pt

Um "às" dos helicópteros sem fala

"Passei a vida a superar etapas"

FOTO: FARINHO LOPES



Costa Andrade "duro mas humano"

Os olhos brilham com a fotografia que viu num artigo da última edição do ELO, onde se reencontrou com o novo militar de 25 anos, de carreira promissora e horizontes largos, como o céu onde fazia voar as "aves" que pilotava.

Em 1959, ingressou na Academia Militar e frequentou depois o curso de piloto aviador, pelo que passou a pertencer ao Quadro Permanente da Força Aérea. António Santiago Costa Andrade é hoje um cidadão muito observador e mudo que, mesmo assim não abdica de falar na vida em comunidade.

Costa Andrade lembra-se desse tempo de guerra, de morte e dor e recorda as operações arriscadas em que inúmeras vezes participou. "Evacuações, operações nocturnas, apoios de fogo e heli-assaltos foram algumas das missões onde tive que actuar, colocando à frente da minha vida a sobrevivência dos meus camaradas", refere, lembrando as suas 5.394 horas de pilotagem, e dessas, as 2.372 horas aos comandos de vários modelos de helicópteros.

"No decurso da actividade de piloto, em palco de guerra, desempenhei missões arriscadas, mas sempre soube que assim acontecia por ser dos mais qualificados para essas operações", lembra, referindo as duas comissões de serviço efectuadas na Guiné (1964 e 1965; 1968 e 1969).

deixando transparecer o peso que a deficiência e que as agruras da vida representaram desde que teve que abandonar a pilotagem.

Em consequência das condições a que esteve sujeito - o esforço e a fadiga constantes, os choques emocionais, as condições ambientais adversas e as vibrações e ruídos de baixa frequência dos helicópteros - adoeceu, com lesões na coluna, e em 1977 deixa definitivamente de pilo-

FOTO: ARQUIVO ADFA



A fotografia onde o piloto se encontrou no ELO

tar. Esse violento baque trouxe-lhe a doença que o afectaria para sempre.

"A afasia chegou depois de um acidente vascular cerebral", recorda com expressão distante. Da lesão isquémica (orgânica) cerebral sur-

giram a dificuldade de comunicar, a incompreensão dos amigos e familiares e mesmo do médico que o acompanhou nos primeiros tempos "dessa terrível doença", que confundiu com doença mental.

O tratamento difícil por não poder comunicar talvez tenha induzido o médico a considerar que sofria de doença do foro psiquiátrico. No entanto, Costa Andrade hoje sente a revolta que a "negligência médica" lhe deixou. "Mais atenção e menos pressa em medicar", avança, "talvez me tivessem poupado do sofrimento."

Tudo isto se agrava com o facto de que a afasia não é considerada como tendo relação directa com o serviço militar. Costa Andrade ainda luta para que a sua situação jurídica inclua a afasia como incapacidade relacionada com o serviço de campanha que desempenhou. "A Justiça só se exerce com equilíbrio", assegura, e "por isso, vou esperar e

tudo fazer para que a minha situação seja bem analisada."

Longe de se lamentar com os "altos e baixos" da vida, Costa Andrade diz-se uma pessoa calada e observadora, "duro mas humano", como gosta de definir-se, e tenta ex-

Costa Andrade é Deficiente das Forças Armadas, ex-piloto de helicópteros, afásico. Encontrou-se nas páginas do ELO, como um jovem piloto na Guiné. E o ELO encontrou nos olhos deste associado o que ainda se vislumbra da emoção de pôr as máquinas a voar, nas evacuações e nas operações mais perigosas. Hoje diz-se "duro, mas humano". Fundou uma associação e, apesar de não se sentir compreendido por ela nem pela família, tem sempre um conselho de esperança, numa força que retira da fé.

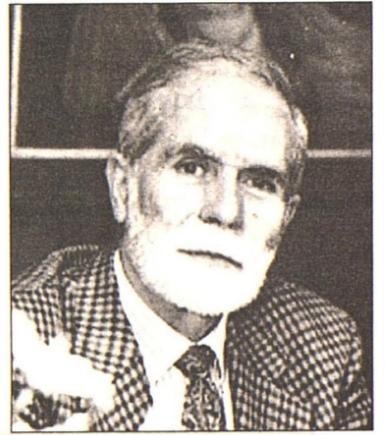
Rafael Vicente

FOTO: ARQUIVO ADFA



Costa Andrade - dos promissores 25 anos aos 60 nas visitas a idosos

FOTO: FARINHO LOPES



plicar-se por gestos, ginasticando todos os dias as palavras em que a língua lhe tropeça por vezes.

"Estou muito melhor, graças à minha insistência e ao apoio de consultas de terapia da fala que frequentei durante algum tempo", salienta.

Foi no contacto com os médicos com quem tem vindo a tratar-se da afasia que descobriu que podia construir mais e melhor para as pessoas portadoras deste tipo de deficiência. Um panfleto que lhe foi fornecido pelo médico, que se referia às organizações americanas de afásicos, despoletou a sua reacção para fundar uma associação - a Associação Nacional de Afásicos.

Hoje é o associado número um e já deixou de encabeçar as actividades da associação, mas mantém activo o seu poder de observação para o que possa interessar-lhe e sugerir a quem conduz os destinos da organização actualmente.

O mundo associativo está sempre presente, uma vez que também participa nas reuniões e encontros da ADFA, como associado e como amigo.

Costa Andrade considera-se uma pessoa muito exigente e lembra que também isso veio dificultar a sua situação, por não poder expri-

mir-se correctamente, quer oralmente quer pela escrita. A família não compreendeu muito bem a sua situação enquanto portador de uma deficiência que incapacita a comunicação verbal. O ex-piloto aviador é casado e tem três filhos e perante todos os familiares assume a sua deficiência. "Por vezes, falta-me ajuda, a minha família não discute a doença de que sou portador", refere. Porém, Costa Andrade sabe que "eles também sofrem com isso."

Depois de uma vida repleta de emoções violentas ou mais íntimas, Costa Andrade não desistiu de viver em pleno o prazer de ajudar os outros, de estar e ser um "abraço a quem precisa."

"A fé trouxe-me até à comunidade de S. Vicente de Paulo, na Portela, onde damos assistência aos idosos, mesmo com visitas ao domicílio", diz.

António Costa Andrade, outrora um "às" da pilotagem de helicópteros, condecorado com a Cruz de Guerra, hoje já não sente os sobressaltos das operações. A sua missão agora é outra, na estratégia de "pôr este mundo um pouco melhor" e com a tática do apoio directo aos seus amigos da comunidade na qual está integrado. •



Caixa Geral de Depósitos

Congresso tempo de reflexão e militância

Estar em Congresso é parar para reflectir e ter a coragem de definir os caminhos do futuro.

A ADFA, após os 11 anos de interrupção vai reunir-se no seu IV Congresso subordinado ao lema «Debater hoje é definir o amanhã» e é vontade dos congressistas, já manifestada em teses, olhar pedagogicamente para o passado, aquilatar do bem e do mal que foi feito e, com base numa rica experiência adquirida, encontrar a força anímica para reconeçar a Associação numa perspectiva de renovação construtiva.

Centenas de reuniões já se realizaram em todo o País e devo informar, que é sublime ouvir os chamados associados de base exprimirem a sua opinião sobre a nova ADFA, análises serenas, oportunas e cheias de conteúdo que podem ser lições para todos os dirigentes,

mesmo para os mais experimentados. Os associados da ADFA, querem uma Associação simples e desburocratizada onde eles encontrem respostas eficazes para os seus problemas do dia a dia.

O interesse universal demonstrado nas reuniões, merece que todos os congressistas dêem ao Congresso o melhor do seu saber e a postura associativa mais consentânea com a realidade do momento que vivemos.

Estar em Congresso é também a anulação momentânea da hierarquia formal da Associação e levar o associado directamente à cúpula da instituição, acompanhado das suas preocupações pessoais, sem ter que passar por direcções, conselhos nacionais ou quaisquer outros órgãos sociais da organização.

Se estivessemos em épocas mais recuadas chamaria ao IV Congresso da ADFA «O Con-

gresso do Povo», pois ele é mesmo isso e antes de ter sido realizado, ele já é um sucesso e um marco na nossa vida associativa por todos quantos mobilizou e pela riqueza dos temas já discutidos que são as grandes preocupações das nossas vidas. A Mesa da Assembleia Geral Nacional, como lhe compete, vem apelar a todos os associados que no dia 18 de Março estejam também presentes no acto eleitoral e votem, pois, é muito importante para os congressistas saberem que universo da ADFA vão representar nos dias 14, 15 e 16 de Abril, quando em Congresso definirem o futuro de todos nós.

Votar é um direito e um dever de todos os associados. •

A MAGN
Jorge Manuel Garrido P. Maurício

Eleição dos delegados ao IV Congresso na Sede e delegações

Locais das mesas de voto

A Comissão Organizadora Nacional informa os associados sobre os locais onde vão estar localizadas as mesas de voto para a eleição dos delegados ao IV Congresso

LISBOA-SEDE
Edifício da ADFA
Av.º Padre Cruz
1600-560 Lisboa

NÚCLEOS DA ÁREA DA SEDE

ALCOBAÇA
Av. Manuel da Silva Carolina, 66
2460 CELA ACB

AVEIRAS DE CIMA
Mercado Diário, Sala 6
2050 Aveiras de Cima

PENICHE
Câmara Municipal de Peniche
2520 Peniche

DELEGAÇÕES

BRAGANÇA
B.º F. Habitação, Bl.20 r/c Dt
5300-163 Bragança

CASTELO BRANCO
Rua Dr. Ruivo Godinho, 2
6000-275 Castelo Branco

COIMBRA
Av. Fernão de Magalhães, 429 A 6.º Frt
3000-177 Coimbra

EVORA
Rua dos Penedos, 10C
7000-712 Évora

FARO
Urb. Bom João- R. João Matos, Lt.11 R/Esq.º Lj.A
8000-503 Faro

FUNCHAL
Rua Velha da Ajuda, 50
9000-115 Funchal

PONTA DELGADA
Rua Ernesto do Canto, 22
9500 Ponta Delgada

PORTO
Mesa nº1-Porto
R. Pedro Hispano, 1105 (Ao Carvalhido)
4200-368 Porto

Mesa nº2-Santa Maria da Feira
Junta de Freguesia de Santa Maria da Feira
Rua Conde de Fijó

Mesa nº3- Ponta da Barca
Bombeiros Voluntários de Ponta da Barca
Mesa nº4-Chaves

Bombeiros Voluntários Flavienses
Largo das Freiras
Chaves

Mesa nº5- Vila Real
Bombeiros Voluntários de Vila Real e Cruz Verde
Largo Bombeiros Voluntários

Vila Real
Mesa nº6- Lixa
Bombeiros Voluntários da Lixa

Vila da Lixa
Mesa nº7- Viana do Castelo
Junta de Freguesia da Meadela

Praça Diogo Vaz de Alamo
Meadela

Mesa nº8- Peso da Régua
ARDAD-Av. Dr. Manuel Arriaga
Edifício Brás

Peso da Régua
Mesa nº9- Penafiel
Bombeiros Voluntários de Penafiel

Largo dos Bombeiros Voluntários
Penafiel

Aviso importante

A Comissão Organizadora Nacional vai promover, na Sede, reuniões para esclarecimento das teses apresentadas para debate no IV Congresso, em reuniões a levar a efeito às Terças-feiras, pelas 18h30. Tais encontros associativos vão ter lugar nos dias 14, 21 e 28 de Março e 4 de Abril e, de harmonia com as funções cometidas à Comissão Nacional, poderão nelas estar presentes os associados candidatos a delegados ao IV Congresso e associados em geral, quer da área da Sede quer, e desejavelmente, das delegações.

Em cada uma das reuniões indicadas será analisada uma das áreas em que a Comissão de Redacção dividiu as teses oportunamente entregues, indo a Comissão Nacional envidar esforços para que em cada uma delas estejam presentes autores dos trabalhos apresentados, versando cada uma daquelas referidas áreas.

Aconselha-se assim a ver no suplemento desta edição as áreas indicadas, a forma como se encontram divididas e o resumo apresentado pela Comissão de Redacção. •

A Comissão Organizadora Nacional

DELEGAÇÃO DE SETÚBAL

Rua Almeida Garrett, 70
2900-211 Setúbal

VILA NOVA DE FAMALICÃO

Centro Coordenador Transportes, Sala 5, 6
4760 Vila Nova de Famalicão

NÚCLEOS DA ÁREA DA DELEGAÇÃO DE FAMALICÃO

Núcleo de Braga-Avelino S. Rodrigues
Lugar da Arcela- Lamações
4710 Braga

Núcleo de Guimarães
Rua de St.º António, 157
4800 Guimarães

DELEGAÇÃO DE VISEU
Praceta ADFA- Emp. Magnólias, Lt. 4 R/C Q
Bairro da Balsa
3510-009 VISEU

NÚCLEO DA ÁREA DA DELEGAÇÃO DE VISEU

Núcleo da Guarda
Rua Dr. Manuel Arriaga, 1- 1.º FT/DRT
6300 Guarda

Destques do Regulamento do IV Congresso da ADFA

III - Preparação

Art.º 7.º

Na fase de preparação, os Órgãos Sociais Nacionais e Locais devem apoiar a Comissão Organizadora do IV Congresso e as Comissões de Delegação, colocando todos os meios disponíveis ao seu alcance, para a realização das tarefas que lhes estão cometidas.

Art.º 8.º

Os associados poderão apresentar, individualmente ou em grupo, temas enquadrados nos objectivos do presente Regulamento, cabendo à Comissão Organizadora avaliar do enquadramento dos temas nos objectivos do Congresso.

IV - Realização

Art.º 12.º

O IV Congresso efectuar-se-á em Lisboa, nos dias 14, 15 e 16 de Abril de 2000.

Art.º 20.º

O IV Congresso será constituído:

a) Pelos membros do Conselho Nacional;
b) Por delegados eleitos em Assembleia Geral Nacional Eleitoral, de harmonia com o Regulamento Eleitoral da ADFA.

Art.º 22.º

A Assembleia Geral Nacional Eleitoral a que se refere a alínea b) do art.º 20.º efectuar-se-á a 18 de Março de 2000.

Art.º 23.º

Os delegados serão eleitos por escrutínio secreto, mediante listas nominais, utilizando-se para o apuramento o método previsto no Regulamento Eleitoral da ADFA.

Art.º 24.º

1 - O número de Delegados efectivos a eleger por Delegação será correspondente a 1% dos respectivos associados, no mínimo de 3, na situação de quotas em dia à data da convocatória do acto eleitoral.

2 - As listas deverão conter candidatos suplentes em número igual a 50% dos efectivos, até ao máximo de dez.

Art.º 26.º

O apuramento dos resultados será divulgado pela MAGN, no sexto dia posterior ao acto eleitoral.

Art.º 27.º

Os associados que apresentarem temas para o Congresso e não forem eleitos, poderão intervir no mesmo para os defender.

Art.º 28.º

Poderão ser convidados a assistir como

observadores, representantes de associações congéneres nacionais e internacionais, organismos públicos ligados à reabilitação, representantes das Forças Armadas, representantes das federações patronais e sindicais e órgãos de comunicação social.

VII - Disposições Finais

Art.º 36.º

Competirá à Comissão Organizadora do IV Congresso o esclarecimento de todas as omissões ou dúvidas suscitadas pelo presente Regulamento, em observância dos Estatutos e do Regulamento Eleitoral da ADFA.

Calendário do IV Congresso

2000.MAR.18 - Assembleia-Geral Nacional Eleitoral Extraordinária.

2000.MAR.31 - O "Elo" divulgará a lista dos delegados eleitos, previamente difundida pela MAGN, e finda o prazo para apresentação de propostas de alteração às teses aceites a Congresso (tais propostas serão obrigatoriamente reduzidas a escrito).

2000.ABR.14, 15 e 16 - Realização do IV Congresso. •

Suplemento IV CONGRESSO

Na impossibilidade de publicação integral das 26 teses apresentadas ao Congresso, optámos por organizar estes quadros com os resumos e propostas de cada, distribuídos por quatro grandes temas, com a convicção de que, assim, proporcionará uma melhor leitura e enquadramento.

<p>TEMAS</p> <p>TESES</p>	<p>Os deficientes militares: direitos, garantias, legalidade, justiça</p> <p>O legado das guerras e a legitimidade da reivindicação reparadora</p>	<p>A ADFA, o associativismo e as solidariedades</p> <p>A ADFA internacional: FMAC, PALOP e outros; A ADFA nacional: MDN, SNR, federações, associações, associativismo militar.</p>	<p>A vida associativa na ADFA</p> <p>O momento actual; As "Novas Forças Armadas" e as novas dinâmicas militares; Que futuro? Que ADFA? Que estratégias; Que estrutura, que orgânica, que normas?</p>	<p>A dimensão humana na reabilitação</p> <p>A reabilitação, processo integrado e permanente, como garantia do direito ao exercício da cidadania; O deficiente militar, a família, o envelhecimento, a qualidade de vida.</p>
<p>A ADFA E O ASSOCIATIVISMO MILITAR</p> <p>Ass 379-Manuel L. Dias Ass 208-Jorge Maurício Ass 311-José Diniz</p>		<ul style="list-style-type: none"> -Abrir a ADFA ao diálogo com outras organizações/associações de militares e ex-militares. -Debater em conjunto problemas comuns. -Sensibilizar militares no activo para problemas da deficiência. -Mais valias reciprocas no plano nacional e internacional. -Caminhar para outras formas de cooperação/ligação. 		
<p>ANIMAÇÃO ASSOCIATIVA E CULTURAL</p> <p>Ass 65-Luis Baltazar</p>			<ul style="list-style-type: none"> -Abordar de forma positiva e coerente o vazio de associativismo na ADFA. -Criar e/ou melhorar os serviços de apoio. -Incentivar o voluntariado. 	<ul style="list-style-type: none"> -Enumeração das actividades culturais a promover junto dos associados e seus familiares, convidados e amigos da ADFA. -Fomentar e promover a prática desportiva de lazer, manutenção e competição. -Auscultar os associados sobre preferências desportivas. -Promover o interesse pelas actividades de lazer.
<p>BASE PARA ANÁLISE DA SITUAÇÃO REIVINDICATIVA DA ADFA</p> <p>Ass. 1625-José Noronha</p>	<ul style="list-style-type: none"> -Dinamizar Comissão de Legislação do CN. -Contagem do tempo de serviço militar para efeitos de reforma. -Critérios para contagem do tempo de serviço militar. -Periodicidade para requerimento de nova Junta. -Benefícios para aquisição de viatura. -Cálculo das pensões. -Criar os conceitos necessários para incorporar situações ainda não contempladas na legislação. 			<ul style="list-style-type: none"> -Levantamento nacional das situações de "Stress de Guerra". -Centros de tratamento para "Stress de Guerra".
<p>DEFICIENTES DAS FORÇAS ARMADAS NA 3ª. IDADE: ESTRUTURAS DE APOIO ADEQUADAS À REALIDADE</p> <p>Ass 9272-Mário Inácio</p>			<ul style="list-style-type: none"> -Abandonar ideias empresariais e megalómanas. 	<ul style="list-style-type: none"> -Promover a formação de agentes familiares de apoio à comunidade. -Criação de Centro de dia nas áreas das delegações e sede. -Construir lares. -Elaborar projectos credíveis e objectivos.
<p>OS DIREITOS HUMANOS DOS DEFICIENTES PORTUGUESES</p> <p>Ass 566-Sá Flores</p>	<ul style="list-style-type: none"> -Alargamento da classificação de DFA, definida no DL 43/76, a todos os deficientes militares que adquiriram a sua deficiência durante a Guerra Colonial em África. 	<ul style="list-style-type: none"> -Sensibilizar a Comunicação Social para o importante papel que deve ter na divulgação de situações de injustiça e na formação de uma mentalidade colectiva sensível à problemática da pessoa com deficiência. 		<ul style="list-style-type: none"> -Criação de lares residenciais. -Prioridade aos GDFa na assistência médica nos hospitais militares. -Criação de postos de trabalho para a pessoa com deficiência. -Reafirmar a importância do desporto como factor de desenvolvimento físico, psicológico e social do deficiente. -Dotar o poder local de meios que possibilitem a integração dos deficientes.
<p>EM ASSOCIAÇÃO DE ALMA E CORAÇÃO PARA UM REENCONTRO</p> <p>Ass 2943-Guedes da Fonte</p>		<ul style="list-style-type: none"> -Intervir decididamente nos circuitos políticos e militares. -Ir ao encontro da sociedade civil. -Recriar a imagem da ADFA. -Levar a ADFA às "Novas Forças Armadas". 	<ul style="list-style-type: none"> -Reorientar a actividade institucional -Consensuar linhas gerais orientadoras da vida associativa. -Conhecer profundamente os associados, seus problemas e necessidades. -Elaborar planos e orçamentos que se coadunem com as preocupações dos associados. -Cultivar a tolerância e o direito à diferença na vida associativa. -Reequacionar e readequar a estrutura orgânica dos serviços. -Adaptar o Estatuto às evoluções consensuadas. -Reconduzir o ELO ao encontro do interesse de todos os associados. 	<ul style="list-style-type: none"> -Criar conselhos técnicos de reabilitação a nível nacional e regional. -Desenvolver processos de reabilitação permanente. -Estudar e desenvolver programas de apoio às famílias.
<p>EM ASSOCIAÇÃO DE ALMA E CORAÇÃO: REENCONTRO</p> <p>Ass Artur Vilares Ass Capela Gordo Ass Carmo Vicente Ass Armindo Roque</p>	<ul style="list-style-type: none"> -Exigir do Estado o cumprimento escrupuloso da legislação. -Redefinir conceito de Grande Deficiente. -Iniciativas da ADFA sobre a Lei 46/99 (Stress de Guerra). 	<ul style="list-style-type: none"> -Fomentar a cooperação internacional no seio da FMAC. -Criação de Comissão de Assuntos Internacionais. -Dar atenção especial aos deficientes dos PALOP. -Reequacionar missão do ELO. 	<ul style="list-style-type: none"> -Procurar linhas mestras para orientação da actividade associativa. -Travar deserção de associados. -Criar observatório para diagnóstico da situação dos associados. -Reequacionar serviços. -Dinamizar relações humanas entre associados e órgãos sociais. -Criação de emprego na ADFA para associados. -Promover revisão estatutária e criar Delegação de Lisboa. -Contra a criação de organização paralela à ADFA. -Procurar formas de autofinanciamento. 	<ul style="list-style-type: none"> -Desenvolver processo de reabilitação permanente. -Criar estrutura nacional de apoio aos grandes deficientes. -Responsabilizar a Instituição Militar pela saúde e assistência aos associados e colaborar com ela na resolução de alguns casos de saúde e na sensibilização e esclarecimento sobre cuidados de saúde. -Promover protocolos com centros de saúde, poder local, ARS, CRSS, IPSS, IEFP, etc. -Promover pesquisa a actualização técnica e criar protocolos com a indústria e universidades. -Criar Centro oficial na área de Lisboa. -Avaliar missão do Lar Militar. -Estudar e desenvolver programas de apoio às famílias. -Promover actividades desportivas, culturais e de lazer.

Suplemento IV CONGRESSO

Na impossibilidade de publicação integral das 26 teses apresentadas ao Congresso, optámos por organizar estes quadros com os resumos e propostas de cada, distribuídos por quatro grandes temas, com a convicção de que, assim, proporcionará uma melhor leitura e enquadramento.

<p style="text-align: center;">TEMAS</p> <p style="text-align: center;">TESES</p>	<p style="text-align: center;">Os deficientes militares: direitos, garantias, legalidade, justiça</p> <p>O legado das guerras e a legitimidade da reivindicação reparadora.</p>	<p style="text-align: center;">A ADFA, o associativismo e as solidariedades</p> <p>A ADFA internacional: FMAC, PALOP e outros; A ADFA nacional: MDN, SNR, federações, associações, associativismo militar.</p>	<p style="text-align: center;">A vida associativa na ADFA</p> <p>O momento actual; As "Novas Forças Armadas" e as novas dinâmicas militares; Que futuro? Que ADFA? Que estratégias; Que estrutura, que orgânica, que normas?</p>	<p style="text-align: center;">A dimensão humana na reabilitação</p> <p>A reabilitação, processo integrado e permanente, como garantia do direito ao exercício da cidadania; O deficiente militar, a família, o envelhecimento, a qualidade de vida.</p>
<p>EQUIPAMENTOS SOCIAIS PARA IDOSOS ALGUNS ASPECTOS DE COMUNICAÇÃO EM ARQUITECTURA</p> <p>Delegação do Funchal</p>				<p>-Perspectivação técnica e arquitectónica de vários equipamentos sociais para idosos (lares e centros de dia) e a problemática da sua localização, estrutura e gestão.</p>
<p>ESTRUTURAS REPRESENTATIVAS DOS ASSOCIADOS DA ADFA NOS PALOP</p> <p>Ass 6627 - Catarino Salgado</p>		<p>-As responsabilidades do Estado em relação aos associados nos PALOP. -Constituição dos Núcleos na Guiné e em Angola. -Incremento da cooperação com as associações congéneres dos PALOP. -Que estruturas da ADFA a criar nos PALOP face às legislações locais? -Proposta de criação de filiais nos PALOP, a coordenar por Comissão do CN.</p>	<p>-Incluir em próxima revisão estatutária a criação de filiais da ADFA nos PALOP.</p>	
<p>NOVAS ESTRUTURAS DE DESENVOLVIMENTO DA ADFA</p> <p>Ass 3632-Guilherme Vilaverde Ass 150-Humberto Sertório Ass 10132-Ludgero Sequeira Ass 252-Mano Póvoas Ass 1868-Sarmento Coelho</p>			<p>-Reorganização da gestão do conjunto das actividades para além da dimensão associativa. -Manter e desenvolver a estrutura associativa com os objectivos para que a ADFA foi criada, dando maior capacidade de intervenção ao nível reivindicativo e do associativismo. -Criar estrutura de gestão que enquadre e intervenha na vertente prestação de serviços.</p>	
<p>POLÍTICA DE LARES</p> <p>Delegação do Funchal</p>				<p>-Abordagem técnica da estruturação dos lares, sua dimensão, capacidade, gestão e quadro de pessoal.</p>
<p>POLÍTICA DE REABILITAÇÃO E INTEGRAÇÃO SOCIAL DA ADFA</p> <p>Ass 8233-Jerónimo de Sousa</p>			<p>-Adaptar a gestão aos novos desafios. -Criação do voluntariado na ADFA. -Rever política de orçamentação. -Procura de financiamentos específicos para projectos específicos. -Identificação dos problemas e necessidades dos associados. -Introdução de dinâmica de coordenação nacional com vista a maior qualidade e eficácia dos serviços existentes. -Introdução de novas preocupações, novos serviços e nova dinâmica associativa.</p>	<p>-Missão da ADFA no apoio à cidadania e à qualidade de vida dos associados. -A ADFA deve ser cada vez mais um espaço de convívio, de solidariedade activa. -Domínios estratégicos de intervenção da ADFA: vida autónoma (apoio a dependentes); assistência médica e social, especialmente voltada para a grande deficiência e 3ª idade; apoio domiciliário e residencial; ortoprotesia e ajudas técnicas; ocupação de tempos livres;</p>
<p>POR UMA ADFA EMINENTEMENTE ASSOCIATIVA</p> <p>Ass 519-Patuleia Mendes</p>	<p>-Incentivar a resolução das questões em estudo no CCADFA.</p>	<p>-Abertura da ADFA à realidade externa, envolvendo-se nela. -Reactivar o papel da ADFA no CNRIPD. -Recuperar o prestígio da ADFA no seio do movimento associativo, na opinião pública e nos OCS. -A ADFA deve procurar um relacionamento solidário com associações de militares na defesa de interesses comuns, mas não deve integrar federações com essas associações.</p>		<p>-A ADFA deve voltar a ser motor de mudança de mentalidades, alavanca para derrubar barreiras que obstam à completa aceitação, integração e intervenção dos deficientes na comunidade.</p>
<p>POR UMA LEGISLAÇÃO MAIS JUSTA E EQUITATIVA</p> <p>Ass 4753-José Guerra</p>	<p>-Dar prioridade à vertente reivindicativa da ADFA. -Procurar obter um "Estatuto do Deficiente Militar". -Densificar conceitos básicos para qualificação dos acidentados. -Alargamento do conceito de campanha e da qualificação de DFA. -Alargamento do conceito de acidente em serviço. -Repor qualidade nas pensões em serviço. -Alteração do DL 250/99 (baixar grau de incapacidade). -Resolver os problemas dos deficientes das ex-colónias que serviram nas FAP. -Subtrair ao Estatuto da Aposentação o regime jurídico dos acidentados em serviço. -Sugestão para a estrutura do "Estatuto do Deficiente Militar".</p>			
<p>PREVENIR O FUTURO</p> <p>Ass 384-Nicolau Rufino</p>	<p>-Estabelecer nova filosofia para o real enquadramento jurídico dos deficientes militares. -Estender direitos dos DFA aos do serviço. -Desanexar os deficientes em serviço do Estatuto da Aposentação.</p>			

Suplemento IV CONGRESSO

Na impossibilidade de publicação integral das 26 teses apresentadas ao Congresso, optámos por organizar estes quadros com os resumos e propostas de cada, distribuídos por quatro grandes temas, com a convicção de que, assim, proporcionará uma melhor leitura e enquadramento.

<p>TEMAS</p> <p>TESES</p>	<p>Os deficientes militares: direitos, garantias, legalidade, justiça</p> <p>O legado das guerras e a legitimidade da reivindicação reparadora.</p>	<p>A ADFA, o associativismo e as solidariedades</p> <p>A ADFA internacional: FMAC, PALOP e outros; A ADFA nacional: MDN, SNR, federações, associações, associativismo militar.</p>	<p>A vida associativa na ADFA</p> <p>O momento actual; As "Novas Forças Armadas" e as novas dinâmicas militares; Que futuro? Que ADFA? Que estratégias; Que estrutura, que orgânica, que normas?</p>	<p>A dimensão humana na reabilitação</p> <p>A reabilitação, processo integrado e permanente, como garantia do direito ao exercício da cidadania; O deficiente militar, a família, o envelhecimento, a qualidade de vida.</p>
<p>PROPOSTA PARA ALTERAÇÃO DOS ESTATUTOS</p> <p>Ass 1625-José Noronha Ass 82-Augusto Silva</p>			<p>-Fazer uma séria e desapaixonada reflexão sobre os actuais Estatutos. -Méritos dos actuais Estatutos. -Enumeração dos aspectos de indefinição e desactualização estatutária. -Apresentação de propostas alternativas com vários cenários com vista a eventual revisão estatutária.</p>	
<p>QUAL O AMANHÃ DO DEFICIENTE MILITAR ?</p> <p>Núcleos de Alcobaça, Aveiras e Peniche</p>	<p>-Lutar pela aprovação do Estatuto do Deficiente Militar pela AR. -Alargamento do conceito de campanha. -Escalonamento claro das situações de ocorrência dos acidentes. -Extensão da legislação recente abrangente das missões de paz a todos os deficientes militares de outras campanhas. -Contagem do tempo prestado antes do SMO para efeitos de reforma. -Contagem do tempo do SMO para acumular com o prestado à FP.</p>		<p>-Maior ligação do ELO aos associados.</p>	<p>-Proporcionar igualdade de condições na prestação de apoio social e cuidados de saúde aos deficientes de longe. -Dar prioridade ao apoio domiciliário, a prestar pelo Estado. -Criação de condições para que todos os deficientes militares possam ser recolhidos nos lares militares. -Estabelecer protocolos com lares administrados pelas IPSS. -Celebração de acordos das ADM com hospitais regionais e centros e clínicas privadas.</p>
<p>REABILITAÇÃO E QUALIDADE DE VIDA, NA ACTUAL E FUTURA FASE ETÁRIA DOS ASSOCIADOS</p> <p>Ass 580-Abel Fortuna</p>			<p>-Reorientar e reorganizar actividades e serviços.</p>	<p>-Criar condições para que os def. militares desfrutem de uma qualidade de vida susceptível de diluir no tempo e na sociedade as dificuldades próprias da 3ª idade. -Promover e fomentar encontros terapêuticos. -Criar actividades ocupacionais. -Implementar rede nacional nos domínios social-psicológico e médico. -Criação de estruturas residenciais abertas à comunidade. -Celebração de protocolos com outras instituições. -Criação de equipas multidisciplinares para apoio domiciliário. -Envolver as famílias na vida associativa e no apoio ao deficiente. -Levar as ADM a celebrar acordos a nível nacional com clínicas. -Defender a manutenção das estruturas de saúde militar que devem estar bem equipadas.</p>
<p>REFLEXÕES ASSOCIATIVAS SOBRE REABILITAÇÃO, REINTEGRAÇÃO SOCIAL E VIDA AUTÓNOMA</p> <p>Ass 208-Jorge Maurício</p>	<p>-Redefinir o conceito de grande deficiente.</p>	<p>-Sensibilizar a opinião pública para a problemática da deficiência.</p>		<p>-Dar prioridade ao desenvolvimento de medidas de reabilitação modernas para todo o universo dos associados. -Promover congressos, simpósios e estudos clínicos. -Pôr o ELO ao serviço da reabilitação. -Definir políticas para a 3ª idade. -Acompanhar os associados no meio familiar. -Humanizar os espaços associativos. -Não discriminar os associados que vivem longe dos grandes centros urbanos.</p>
<p>REIVINDICAÇÕES DE DIREITOS, LEGISLAÇÃO, CONCEITO "SERVIÇO DE CAMPANHA"</p> <p>Ass 580-Abel Fortuna Ass 1624-Henrique Rodrigues Ass 3412-Martinho Nunes</p>	<p>-Clarificação do conceito do serviço de campanha. -Melhoria das condições dos deficientes em serviço.</p>			
<p>RELACIONAMENTO EXTERNO DA ADFA A NÍVEL NACIONAL E INTERNACIONAL</p> <p>Ass 580-Abel Fortuna</p>		<p>-Clarificação do conceito do serviço de campanha. -Melhoria da Criação de um plano nacional de reabilitação. -Pugnar para que o SNR se desburocratize, se descentralize e seja o garante da adopção de uma política nacional para a reabilitação e integração dos deficientes. -Manter e fomentar uma política de diálogo com os poderes e a Instituição Militar. -Pugnar para que a dotação orçamental atribuída pelo MDN seja reforçada. -Pugnar pela criação no MDN de um departamento exclusivamente orientado para os problemas dos deficientes militares. -Aprofundar o diálogo com as associações de e para deficientes. -Desenvolver, à escala nacional e regional, plataformas de acção comum com outras associações congéneres as condições dos deficientes em serviço.</p>		
<p>SITUAÇÃO NA FMAC</p> <p>Ass 6627-Catarino Salgado</p>		<p>-Tarefas da FMAC: ajudar resolução de problemas dos ex-combatentes; aumentar capacidade de intervenção nas inst. Internacionais; organização de debates sobre problemas dos ex-combatentes; maior intervenção nos contributos para a paz e na resolução pacífica dos conflitos. -Tarefas da ADFA: criar comissão especializada; sensibilizar o poder político, a Inst. Militar e a opinião pública sobre papel da ADFA na FMAC; mais valias para a política externa de Portugal (ME e MDN) e para o movimento associativo nacional; sensibilizar e interessar as novas gerações de militares para os problemas internacionais e o papel da ADFA; ultrapassar os problemas que têm dificultado a cooperação com as associações congéneres dos PALOP.</p>		

Suplemento IV CONGRESSO

Na impossibilidade de publicação integral das 26A teses apresentadas ao Congresso, optámos por organizar estes quadros com os resumos e propostas de cada, distribuídos por quatro grandes temas, com a convicção de que, assim, proporcionará uma melhor leitura e enquadramento.

TEMAS TESES	Os deficientes militares: direitos, garantias, legalidade, justiça O legado das guerras e a legitimidade da reivindicação reparadora	A ADFA, o associativismo e as solidariedades A ADFA internacional: FMAC, PALOP e outros; A ADFA nacional: MDN, SNR, federações, associações, associativismo militar.	A vida associativa na ADFA O momento actual; As "Novas Forças Armadas" e as novas dinâmicas militares; Que futuro? Que ADFA? Que estratégias; Que estrutura, que orgânica, que normas?	A dimensão humana na reabilitação A reabilitação, processo integrado e permanente, como garantia do direito ao exercício da cidadania; O deficiente militar, a família, o envelhecimento, a qualidade de vida.
STRESS DE GUERRA: PASSADO, PRESENTE E FUTURO NA ADFA E NO SEIO FAMILIAR Ass 9272-Mário Inácio				-Enumeração das acções a desenvolver pela ADFA: não permitir aproveitamentos indevidos da futura rede nacional de apoio para despiste e tratamento do stress de guerra; não permitir discriminação dos ex-combatentes; responsabilizar o Estado pelos atrasos na implementação da rede; reivindicar do Governo os meios para a formação de técnicos; manter as estruturas militares envolvidas no processo; não discriminar os ex-combatentes qualquer que seja a sua deficiência; ter cuidado na divulgação de dados estatísticas sobre stress de guerra; disponibilizar a todos os ex-combatentes as suas valências associativas; dar apoio familiar.
A TERCEIRA IDADE DO DEFICIENTE E A FAMÍLIA Delegação do Funchal				-Abordagem da problemática da aceitação da velhice e da permanência ou não do idoso no seu meio habitual.
VAMOS EM FRENTE RUMO AO FUTURO Ass 684-João Gonçalves	-Reforçar o Gabinete Jurídico. -Pugnar por um estatuto dos grandes deficientes. -Defender aplicação do DL 134/97 a todos os DFA. -Reivindicar o Estatuto do Deficiente Militar.	-Reforçar as relações com a Instituição Militar.	-Prestar melhores serviços aos associados. -Apoiar o ELO como meio de comunicação importante junto dos associados.	-Prestar apoio social e de saúde gratuito. -Criação de lares.

Listas dos candidatos a delegados para o IV Congresso da ADFA, na Sede e Delegações

Os associados candidatos a delegados encontram-se referenciados pelo nome e número de associado

LISBOA SEDE	Amândio Acácio Pires	2075	DELEGADOS SUPLENTE	Manuel Fernando dos Santos Ribeiro	23
DELEGADOS EFECTIVOS	Manuel Joaquim Morais	1870	Vitor Manuel da Costa	Albino da Fonseca Loureiro	4122
José Eduardo Gaspar Arruda			José Manuel da Silva Furtado	Venâncio José Ferreira dos Santos	525
Armando Manuel O. Guedes da Fonte	DELEGADOS SUPLENTE	2774		Guilherme Dias Carneiro	4614
Fernando Pinheiro Marques Brito	José Clemente Reis	2774	DELEGAÇÃO DE FAMILICÃO	Alberto Lopes Casais	1047
António do Carmo Vicente	David António Mesquita	2773	DELEGADOS EFECTIVOS	Daniel Dias da Cunha Folha	12584
António Capela Ferreira Gordo	DELEGAÇÃO DE CASTELO BRANCO		José António da Mota Vieira	José Martins de Araújo	511
Titos David Cuna	DELEGADOS EFECTIVOS		Augusto Correia da Silva	Luis Ferreira Pinto Moura	6960
Daniel Agostinho da Silva	Manuel Luz Evangelista	2704	Armando Barbosa de Sá	José Joaquim Xavier Teixeira Machado	246
Manuel Joaquim Rodrigues Sousa	Domingos Fernandes Trindade	7424	Venâncio Joaquim Quaresma da Silva	DELEGADOS SUPLENTE	
Horácio Anacleto da Luz	Vicente Gomes Simões	9525		Manuel Pereira dos Santos Cigarro	728
Armando Matos Roque	DELEGADOS SUPLENTE		DELEGADOS SUPLENTE	Júlio Dinis de Sousa Chamusca	4971
Silvério Jorge Rodrigues	Manuel Ribeiro	96	Fernando Gomes de Carvalho	Nicolau João Teixeira Azevedo	1514
Alfredo Pereira Mau	Francisco Manuel Azevedo da Cruz	12514	Fernando Ferreira	José Henriques Ribeiro	3516
Armando Vieira Jorge	DELEGAÇÃO DE COIMBRA			Augusto Oliveira dos Santos	2440
Albertino Sá Flores	DELEGADOS EFECTIVOS		DELEGAÇÃO DO FUNCHAL	Luis Fernando Montalvão Coelho	2275
João Fernando Teixeira Carvalho	José Adelino Figueira Guerra	4753	DELEGADOS EFECTIVOS	Jaime Conceição Rocha	7695
Fernando Jesus de Sousa	António Jorge Silva	4984	João José Nobre Pereira	Manuel Assunção Andres Magano	1619
Orlando Helder Serra Passos Silva	Mário António Ferreira Santos	1107	Ivo Augusto Geraldo Faria Paulino	Afonso Silva Almeida	5323
Orlando Álvaro Correia	Carlos Alberto Castanho M. Santos	1673	Rui Manuel Catanho Silva	Manuel Rodrigues dos Santos	4737
Mário Ricardo Maciel Barbosa	Alípio dos Reis Alves	1470	DELEGADOS SUPLENTE		
António Augusto Almeida Santos	José Soles Girão	895	João Sousa	DELEGAÇÃO DE SETÚBAL	
José Carlos Pavoeiro	DELEGADOS SUPLENTE		José João Macedo	DELEGADOS EFECTIVOS	
Armando Jesus Santos	José Armindo de Vasconcelos Salgado	7356		José Maria Rosa	52
José Santos Couto Ramos	José Rodrigues Fernandes	13180	DELEGAÇÃO DE PONTA DELGADA	Estevão José Mira Carvalho	9266
Armando Marques Matias	Artur José Coimbra do Amaral	6205	DELEGADOS EFECTIVOS	José da Silva Pinto Faria	3371
Armando Ramos Alves			Jaime Fernando Leite Domingues	DELEGADOS SUPLENTE:	
António Manuel Garcia Miranda	DELEGAÇÃO DE ÉVORA		Humberto Dinis Viveiros	José Carlos Pestana Júlio	7103
Artur José Caldeira Vilares	DELEGADOS EFECTIVOS		Carlos José Furtado	António Lucas dos Santos	4470
DELEGADOS SUPLENTE	Augusto José Marchante Oliveira	1203	DELEGADOS SUPLENTE		
Victor Manuel Cavalheiro	João Carlos Figueiredo Nobre	2262	Manuel Francisco Soares Alegre	DELEGAÇÃO DE VISEU	
Elisiário Seabra	Manuel Joaquim Calhau Branco	1591	Tobias Melo Medeiros	DELEGADOS EFECTIVOS	
António Aniceto de Figueiredo	DELEGADOS SUPLENTE			António Pais Ferreira	586
José Elias Gabirro Fernandes	João Manuel Moccho Rolo	6177	DELEGAÇÃO DO PORTO	Francisco Ferreira Baptista	6581
Arlindo dos Santos	Florentino Joaquim Polido Valadas	2426	DELEGADOS EFECTIVOS	António Rodrigues Cardoso	1180
José Maria Pedrosa			Abel Artur dos Santos Fortuna	António Fernandes Pais	3520
António Bernardes	DELEGAÇÃO DE FARO		Henrique Tomás M. Rodrigues	Zeferino Espírito Santo Marcela	6910
Joaquim Conceição Poeiras	DELEGADOS EFECTIVOS		Martinho Rocha Nunes	Claudino Joaquim Ferreira	2289
Valente Fabião Simbine	José Nicolau Rufino	384	Carlos da Silva Correia	DELEGADOS SUPLENTE	
Mário Soares Dias	José Nascimento Leal Varela	3183	Guilherme Nascimento M. Vilaverde	José Luis Duarte	2107
DELEGAÇÃO DE BRAGANÇA	José António Pereira S. Morte	8574	Leonel Joaquim Moura Rocha Pereira	António Lopes Matos	9026
DELEGADOS EFECTIVOS			Jerónimo Dias Moreira de Sousa	João da Costa Vasconcelos	1400
António Eugénio Fernandes			Alcino Alfredo Vieira Machado		
			Manuel Pereira dos Santos Silva		

Lápides evocativas dos militares mortos no Ultramar

Jorge Sampaio atento aos ex-combatentes

"Só é possível estimular os portugueses a saber servir Portugal, se todos soubermos, devidamente homenagear aqueles que o serviram e por ele morreram."

(Jorge Sampaio)

FOTO: RAFAEL VICENTE



O descerramento da lápide principal

"A nossa responsabilidade maior, aquela pela qual seremos invariavelmente julgados, é para com o futuro de Portugal, garantindo a sua perenidade. É para isso importante, entre tantas outras coisas, naturalmente, que os portugueses aprendam e sintam orgulho em amar e a servir o seu

FOTO: FARINHO LOPES



Jorge Sampaio acompanhado pelo ministro da Defesa e pelo CEMGFA

País", lembrou o Presidente da República, Jorge Sampaio, ao presidir à cerimónia de descerramento das lápides evocativas dos militares mortos no Ultramar, junto do Monumento aos ex-combatentes, em Belém, Lisboa, no passado dia 5 de Fevereiro.

Jorge Sampaio referiu que "só é possível estimular os portugueses a saber servir Portugal, se todos soubermos, devidamente homenagear aqueles que o serviram e por ele morreram", evocando "o sentimento e a angústia de quem perdeu os seus familiares."

Mas o Presidente da República não homenageou apenas os que sofreram o sacrifício último sob a Bandeira Nacional, cumprimentando o representante da ADFA, que empunhava o Estandarte da Associação.

Ao chegar ao local da cerimónia, Jorge Sampaio dirigiu-se aos estandartes e apertou simbolicamente a mão do nosso asso-

FOTO: ESPECIAL CORTESIA SIC



O Presidente da República cumprimentou a ADFA no início da cerimónia

ciado José Albino, entre os aplausos de outras associações de militares presentes.

O comandante supremo das Forças Armadas lembrou que não há palavra de conforto que minore o sofrimento dos que perderam os seus familiares na guerra.

Numa altura em que, segundo a Direcção Nacional da ADFA, "é importante dignificar o próprio Monumento aos ex-combatentes do Ultramar", o presidente da Liga dos Combatentes, Baltazar Morais Barroco, disse esperar que as lápides lembrem aos vindouros "os custos humanos de uma guerra", referindo que a cerimónia é fruto de "uma ideia que há muito permanecia no espírito da maioria, ou mesmo da totalidade dos combatentes."

O Presidente da República fez-se acompanhar pelo ministro da Defesa, Júlio Castro Caldas, e pelo Chefe do Estado Maior-General das Forças Armadas, Gabriel Espírito Santo, bem como pelos chefes dos três ramos das Forças Armadas.

Estiveram tam-

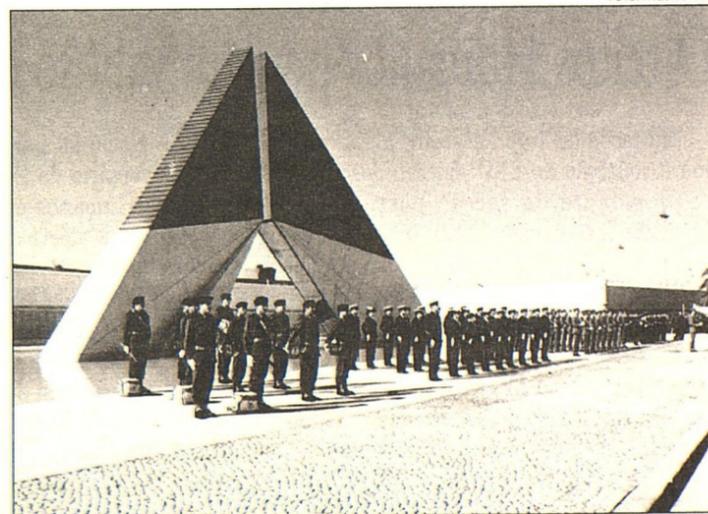
bém presentes na cerimónia milhares de ex-combatentes, associados da ADFA e de outras associações e diversas personalidades ligadas à política.

A cerimónia envolveu a prestação de honras militares ao Presidente da República e aos militares mortos no Ultramar, terminando com a deposição de uma coroa de flores e com o toque do clarim.

Para Humberto Sertório, presidente da Direcção Nacional da ADFA e para os associados que procuraram o nome dos companheiros e camaradas de armas nas lápides do Forte do Bom Sucesso, a cerimónia é sintoma de maturidade da democracia portuguesa e lembra o muito que ainda há a fazer pelos deficientes militares. •

R.V.

FOTO: ARQUIVO ADFA



Comunicado da Direcção Nacional

Homenagem aos Mortos da Guerra Colonial

No próximo dia 5 de Fevereiro vão ser oficialmente inauguradas por sua Excelência o Presidente da República as placas com os nomes dos militares portugueses mortos, por todas as causas, nas campanhas e expedições nas nossas antigas colónias, na segunda metade do século XX.

Ninguém melhor do que nós, Deficientes das Forças Armadas, pode compreender esta homenagem. Nós por demais sabemos que foi por caprichos do destino, por vezes expressos em milímetros, que se fez a diferença entre os que morreram e os que sobreviveram, no nosso caso para sentir na carne e no espírito as sequelas da guerra.

Para os nossos camaradas agora justissimamente homenageados, a guerra acabou; e estas placas ficam a testemunhar que eles existiram, trabalharam, lutaram e morreram.

Na sua trágica simplicidade, as placas recordá-los-ão, impedindo com a sua mensa-

gem, quer as tentativas de apagamento e revisão da História, quer a exaltação da guerra só compreensível para quem só a conheceu no conforto e segurança da retaguarda, ou através de versões cuidadosamente filtradas.

Mas para nós, deficientes militares, a guerra não acabou. Continua na luta do dia a dia pelo ultrapassar das deficiências num mundo cada vez mais competitivo e desumanizado, pela integração plena, pelas batalhas jurídicas pelos nossos direitos, pelas consequências do stress de guerra, pela eliminação das injustiças que ainda subsistem, pela prevenção da repetição de erros do passado, enfim, pelos problemas que se avizinham com o envelhecimento aliado à deficiência.

Não vemos resolvida a questão dos militares de origem africana, que se deficientaram ao serviço de Portugal e que estão na mais extrema necessidade, aguardando processos

de nacionalização, de concessão de pensões, de apoio clínico, de transporte e alojamento, etc., em paridade com os camaradas portugueses. É caso para perguntar quem é mais merecedor da cidadania portuguesa, se alguém que combateu e se deficientou ao serviço de Portugal, ou alguém que se limitou a nascer no actual território português?

Está por implementar toda a estrutura de apoio aos atingidos pelo stress de guerra.

Continuam pendentes casos de clarificação dos conceitos de acidente em serviço e em campanha, havendo exemplos de, num mesmo acidente, coexistirem as duas classificações!

Continuam prejudicados na contagem do tempo de serviço os pensionistas de invalidez, face a colegas que não se deficientaram.

Persistem enormes diversidades de tratamento na questão dos chamados "capitães-co-

ronéis", que de forma alguma se podem manter.

Aquando das primeiras reuniões preparatórias, a ADFA encarou a possibilidade de não se fazer representar na cerimónia de inauguração das placas, como forma de protesto pelo menosprezo ou atraso sistemático a que estavam votados os assuntos acima referidos. Posteriormente, o peso do reconhecimento da justiça da homenagem aos nossos mortos, uma maior abertura da Presidência da República e do Governo para a resolução dos nossos problemas levou à decisão de participação na cerimónia.

Estaremos, pois, no dia 5, a homenagear os nossos mortos. Mas estaremos todos os dias a tratar dos nossos vivos - os familiares dos mortos e os deficientes - porque, para nós, a guerra ainda não acabou. •

A DIRECÇÃO NACIONAL

COMBATENTES DO ULTRAMAR

A Liga dos Combatentes vai promover, no próximo dia 5 de Fevereiro, uma cerimónia de descerramento das lápides dos mortos do Ultramar, junto ao Monumento dos Combatentes, em Belém, acto que será presidido pelo Presidente da República (...)
A Zona - 26Jan00

DIÁRIO DE GUERRA

"Testemunhos de uma vivência na guerra colonial entre 20 de Maio de 1970 e 3 de Maio de 1971, o autor chama-lhe agora "Diário pueril" uma vez que já passaram 28 anos sobre a sua escrita."
Notícias da Amadora - 27Jan00

COMBATENTES DESLOCADOS

Por razões que se prendem com a comodidade e segurança da circulação automóvel e o arranjo urbanístico do Rossio Marquês de Pombal, o monumento aos Combatentes da I Guerra Mundial situado no largo dos Combatentes está a ser deslocado alguns metros para sueste."
Brados do Alentejo - 28Jan00

STRESS DE GUERRA

"Cem mil contos é o montante com que o Ministério da Defesa vai reforçar as verbas das organizações não-governamentais que integrem a rede nacional de apoio aos militares e ex-militares portugueses portadores de distúrbios pós-traumáticos de "stress" de guerra."
Público - 30Jan00

MILITARES PROFISSIONAIS

"O diploma com os incentivos ao serviço militar profissional deverá ser apresentado em Fevereiro, admitiu hoje o ministro da Defesa."
24 Horas - 01Fev00

EXÉRCITO E COMUNICAÇÃO

"O serviço militar obrigatório acaba em 2003. Esta pequena/grande mudança vai obrigar o Exército a uma reorganização profunda no seu sistema, a começar pela comunicação com o exterior. Confron-

tado com o problema do recrutamento de voluntários, o Exército prepara-se para pôr em marcha uma acção de marketing capaz de "captar os jovens para os ideais do serviço militar."
Diário de Notícias - 01Fev00

GUERRA COLONIAL

"O 1.º Congresso Internacional sobre a Guerra Colonial: Realidade e Ficção vai realizar-se em Lisboa nos próximos dias 13,14 e 15 de Abril, nas instalações do Instituto da Defesa Nacional. Esta iniciativa conta com os apoios da Universidade Aberta, do Instituto Camões, do Instituto da Defesa Nacional, da Associação dos Deficientes das Forças Armadas, da Câmara Municipal do Porto, (...) da TSF, da Editorial Notícias e do DN."
Diário de Notícias - 02Fev00

DESCERRAMENTO DAS LÁPIDES

"O Movimento 10 de Junho, organização que engloba antigos combatentes da guerra colonial, promete estar "alerta" em relação "a qualquer palavra ou acto que atente contra a memória dos heróis ou contra os valores pelos quais se bateram", durante o descerramento das lápides aos militares mortos no Ultramar, marcado para o próximo dia 5."
Público - 02Fev00

NOVAS INSTALAÇÕES

A Cerciama, Cooperativa de Educação e Reabilitação de Cidadãos Inadaptados da Amadora, instituição que trabalha há 23 anos com jovens deficientes, inaugurou ontem as suas instalações que ajudarão a concretizar um projecto de apoio domiciliário e hospitalizar a 50 crianças deficientes."
Correio da Manhã - 08Fev00

SALÁRIOS GARANTIDOS

"A Segurança Social do Norte vai garantir os salários dos técnicos que prestam cuidados a crianças deficientes no núcleo de Braga da Associação Portuguesa de Paralisia Cerebral (APPC), soube a agência Lusa de fonte oficial."
Correio da Manhã - 08Fev00

FIM DO SMO

"A Juventude Socialista reivindicou, junto do ministro da Defesa, a regulamentação imediata da lei que aboliu o serviço militar obrigatório."
Diário de Notícias - 11Fev00

DEFESA NACIONAL

"Os chefes militares devem desempenhar os cargos durante um mandato e sem recondução, disseram à Lusa o ministro da Defesa e os actuais titulares dos quatro cargos de topo da hierarquia castrense."
Diário de Notícias - 11Fev00

135º ANIVERSÁRIO

"A Cruz Vermelha Portuguesa comemora hoje o seu 135º aniversário com uma cerimónia em Viseu em que a presidente nacional, Maria de Jesus Barroso, condecora pessoas singulares e colectivas."
Público - 11Fev00

PENSÕES SEM RAÇA

"Menéres quer que todos os deficientes da Guerra do Ultramar recebam pensões. O provedor de Justiça pediu a inconstitucionalidade das normas legais que reservam aos indivíduos de nacionalidade portuguesa a qualificação de deficiente das Forças Armadas para efeitos de pagamento de pensões e outros abonos."
Independente - 11Fev00

CEGUEIRA COM REMÉDIO

"Uma nova terapia pode impedir a cegueira irreversível que atinge oito portugueses diariamente. Por enquanto, o Infarmed só autorizou a operação em 20 doentes."
24 Horas - 12Fev00

BENGALA PORTUGUESA

"O projecto português de desenvolvimento de uma bengala dotada de um sensor acústico que permite aos cegos orientar-se em espaços públicos foi considerado um dos trezentos melhores trabalhos de investigação a nível mundial."
Correio da Manhã - 15Fev00

**Morreu José Manuel Cabral
Direitos Humanos perdem valioso colaborador**

Na tarde de 7 de Fevereiro a notícia chegou à redacção do ELO: faleceu José Cabral, ex-presidente da secção portuguesa da Amnistia Internacional (AI), um homem que muito da sua vida dedicou à causa dos Direitos Humanos.

José Manuel Cabral, comandante da Marinha Mercante e um dos fundadores da secção portuguesa da AI tinha 51 anos, dos quais mais de metade passaram ao serviço da comunidade. Integrou a secção portuguesa da AI em 1984, integrando de 1998 a Dezembro de 1999 integrou a Comissão Executiva da Co-

missão Nacional para as Comemorações do 50º Aniversário da Declaração Universal dos Direitos Humanos e da Década das Nações Unidas em Matéria de Educação para os Direitos Humanos.

José Manuel Cabral também colaborou com a ADFA, nomeadamente na realização de um colóquio e de uma exposição fotográfica realizados aquando das comemorações do 24º aniversário do ELO. Também através do comandante foram publicados vários artigos de colaboradores da AI no nosso jornal.

O então representante da AI em Portugal

referiu-se à ADFA, reconhecendo "a validade e a importância do seu trabalho", e salientando que "não é a dimensão que dá qualidade, é o trabalho que se faz e a postura que se tem em situações específicas."

Maria Teresa Nogueira, actual presidente da secção portuguesa da AI afirmou à agência Lusa estar "chocada com a morte súbita" de José Cabral e referiu-se ao ex-presidente da AI como um "excelente organizador, amigo da juventude e detentor de um saber acumulado em direitos humanos como poucos."

A Direcção Nacional deixa o seu voto de pesar à família de um homem que se identificou com a defesa dos direitos humanos e à Amnistia Internacional, pela perda de um líder que deu o melhor de si pelos outros. * R.V.

Associados falecidos

Aos familiares e amigos dos associados falecidos apresentamos as nossas mais sentidas condolências

Adriano Magalhães Loureiro

Associado n.º 1620
80 anos
Faleceu no dia
25/11/99



Residia em Rio Tinto, Gondomar. Deixa viúva Ana de Jesus Barros Fonseca. Serviu no R.C. n.º 6.

Artur Durães Marques

Associado n.º 1656
52 anos
Faleceu em
Novembro de 99



Residia na freguesia de Cedofeita, Porto. Deixa viúva Dália Elisabete de Jesus Pereira Marques. Serviu em Angola, no Batalhão de Caçadores 2855.

Ilídio Filipe Oliveira

Associado n.º 5600
62 anos
Faleceu no dia
17/11/99



Residia em Caldas da Rainha. Deixa viúva Maria de Lourdes Daniel Leiria Oliveira. Serviu na Guiné, na Companhia de Caçadores 413, Batalhão de Caçadores n.º 5.

Joaquim Lopes Baptista

Associado n.º 7414
53 anos
Faleceu no dia
02/09/99



Residia na freguesia de Castanheira de Pera, concelho de Castanheira de Pera. Deixa viúva Ana Maria Alves Alexandre. Serviu em Angola, na Companhia de Caçadores 2307.

Lúis Silva Coelho

Associado n.º 5641
51 anos
Faleceu no dia
18/02/00



Residia na freguesia do Couto, concelho de Arcos de Valdevez. Deixa viúva Maria Domitília Mendes Coelho. Serviu em Moçambique, no EAM Moçambique.

SIM, desejo assinar o Jornal ELO, durante 1 ano (11 exemplares), por apenas 1.400\$00

Formas de Pagamento (por favor, assinale com uma cruz a opção pretendida)

1 - Junto envio cheque n.º _____, do Banco _____ à ordem da ADFA.

2 - Vale postal dos CTT Renovação Nova assinatura

Dados Pessoais

Nome _____

Morada _____

Localidade _____ Cód. Postal _____

Telefone _____ Data Nascimento _____

Assinatura _____

"Monsanto"

Os temas de filmes são um pouco como as andorinhas: aparecem ciclicamente e em revoadas. Para quem anda há anos a bater-se pela resolução dos problemas decorrentes do stress de guerra, a abundância (à nossa escala) de obras sobre o assunto, se por um lado dá inequivocamente uma ajuda à causa, dá por outro um travo de moda que pode ser contraproducente.

O telefilme "Monsanto" foi apresentado em cima de outra obra - "Inferno" - o que normalmente implica fazerem-se paralelismos. Que mais não seja para fugir ao espírito do "tema da actualidade", não serão feitas comparações.

Quem tivesse visto apenas a primeira parte do telefilme teria ficado com a impressão de que estava perante um notável trabalho cinematográfico, pela forma sóbria, inteligente, certamente trabalhada, como foram criadas e representadas as figuras dos dois ex-militares. Uma solidariedade fechada a estranhos e dois casos diferentes: dependência do álcool e violência num caso, dependência de calmantes e depressão noutra. Dir-se-ia, pelo sobriedade e rigor, um filme didáctico. Ficou decerto na memória de todos o ambiente perfeitamente recriado de um almoço de veteranos.

Mas depois tudo se modifica. Esbate-se a

lógica da construção das personagens, aparentemente pela necessidade (?) de mostrar imagens de violência. Não se pretende fazer uma análise sobre o correcto ou incorrecto do quadro clínico da personagem, nem estamos habilitados a tanto. Mas ficou decerto na mente do telespectador médio a sensação do forçado da acção, pelos absurdos criados. Poderá haver alucinações que levem a confundir um parque de campismo com uma tabanca, ou uma caravana com uma palhota? Quem se esconde dá tiros para o ar? Quantos quilómetros corre um homem que, visivelmente, tem um pulmão furado por um tiro? E a eterna questão: quantos tiros dá um 6 tiros?

Criar não é apenas reproduzir fielmente a realidade; mas, neste caso, ao pretender tratar uma ferida ainda aberta na sociedade portuguesa, o alheamento completo das situações reais faz perder o efeito desejado, já que se exige que o público se reconheça nas situações criadas. Não parecendo que estivesse na men-



te do autor fazer uma fábula, só ocorre citar o Diácono Remédios: não havia necessidade...só faltava que o homem violasse a filha, pensado que estava com a mãe. •

N. S. C.

Lançamento na Cordoaria Nacional

"Zeca Afonso - As voltas de um andarilho"

Foi no passado dia 10 que se realizou na Cordoaria Nacional, em Lisboa, ainda no âmbito das Comemorações Oficiais do 25º Aniversário do 25 de Abril, o lançamento do livro "Zeca Afonso - As voltas de um andarilho", de Viriato Teles, editado pela Ulmeiro.

Vasco Lourenço, em nome da comissão promotora do evento, o editor, José Antunes Ribeiro, o prefaciador, Sérgio Godinho, e o próprio autor referiram-se à obra e lembraram que este livro é o fruto das duas entrevistas que Zeca Afonso deu a Viriato Teles.

Seguiu-se um convívio durante o qual os cantores Janita Salomé e Vitorino interpreta-

ram canções de José Afonso, ao mesmo tempo que os pintores Avelino do Carmo e Mário Alberto terminavam um díptico alusivo a Zeca e ao 25 de Abril.

De entre as mais de duas centenas de personalidades da vida política e cultural que estiveram presentes destacavam-se diversos capitães de Abril, como Otelo Saraiva de Carvalho, Carlos Fabião, Vitor Alves e Marques Júnior, o deputado Francisco Louçã ou a embaixadora de Cuba, Mercedes Aguiar. Compareceram ainda alguns históricos da resistência antifascista, como Francisco Martins Rodrigues, um dos protagonistas da céle-

bre fuga de Peniche, com Álvaro Cunhal, ou Alípio de Freitas, a quem Zeca Afonso dedicou uma canção intitulada "Alípio de Freitas" e incluída no álbum «Com as minhas tamanquinas».

João Soares, presidente da Câmara Municipal de Lisboa, não pôde estar presente mas fez-se representar pelo jornalista televisivo Rui Romano.

"Zeca Afonso - As voltas de um andarilho", agora em segunda edição renovada e aumentada, tinha sido publicado em 1983 e encontrava-se esgotado há vários anos. Com uma carreira jornalística dividida pela imprensa, rádio e televisão, Viriato Teles é também poeta e publicou há cerca de um ano o seu primeiro livro do género, "Margem para dúvidas". •

R.V. - colaboração de "Semiótica - Oficina de Ideias"

Poema

Timor

Acordaste um dia
Com vontade de amar
E partiste p'ra Montanha
Com mil sonhos na bagagem
E levando no teu Ventre
De Criança ainda Menina,
A Semente de um Amor
A Nação, a Liberdade
O teu Filho
Loro Sae Timor

E o Mundo ajudou
E o Ser cresceu
Num dia de Agosto
Loro Sae nasceu.

Quanto Sonho
Quanto Amor
Nesse filho Liberdade
E o Povo gritou
Tudo o Mundo ouviu
Um grito de dor
De Dilí Mulher

Que parto tão dorido
Que Timor tão sofrido
Nesse grito calado
No eco do silêncio
Quanta Dor
Tanto Amor
Distante
Tanta Dor
Nesses Mares de Timor

Alexandra Daniel

LOJA DA ADEFA



"Canções Proibidas":	2.700\$00
"Lourenço":	1.000\$00
"Trinta Facadas de Raiva":	1.750\$00
"25 de Abril - 20 anos":	4.000\$00
"Fizeram de Mim Soldado":	1.500\$00
"Os Homens Também Hibernam":	1.500\$00
"O Cabrito Montês":	1.500\$00
Troféu bronze - 25 anos Del. Porto:	12.500\$00
Medalha 25 Anos:	1.500\$00
Medalhões:	1.000\$00
Galhardetes:	300\$00
Postais:	100\$00
Guarda-chuva:	1.100\$00
T-Shirt:	1.500\$00
Prato 25 Anos:	1.000\$00
Emblema em prata:	2.500\$00
Relógio de bolso:	12.000\$00
Relógio de pulso:	4.000\$00



Inauguramos nesta edição as rubricas mensais "A advogada responde" e "A palavra ao jurista", que se pretende venham a enriquecer o ELO com textos técnicos mas acessíveis. No caso da segunda rubrica, é desejo do ELO dar a palavra a um jurista diferente em cada número; mas tendo como pano de fundo os temas relacionados com a ADFA.



Rui Manuel Maia *

A palavra ao jurista

Provar ou não eis a questão

A razão é a coisa melhor distribuída do mundo, já que toda a gente pensa que tem razão. No entanto, do ponto de vista jurídico, é necessário, antes de mais, demonstrar a realidade dos factos. É esta a função da prova.

A prova é assim fundamental, pelo que é o "coração do processo".

A sua relevância processual é de tal ordem que a viabilidade de qualquer pretensão ficará dependente da prova que sobre ela se fizer. Entre os diversos meios de prova utilizados, destacam-se, a prova documental, testemunhal e pericial.

A prova documental é um dos meios para a instrução dos processos dos nossos associados, destacando-se a nota de assentos, os relatórios de acção e os documentos clínicos. De realçar que toda e qualquer cópia de documento deve sempre ser devidamente autenticada pela entidade pública competente, sob pena de não relevar como prova.

O segundo meio de prova de grande relevância prática é a prova testemunhal, por vezes, a única possível no que respeita ao tempo, modo e lugar em que se deu a ocorrência, dada a escassez ou até inexistência de outros elementos. Assim, não basta indicar-se como testemunha alguém que até fez parte do mesmo pelotão ou companhia, para que os factos sejam desde logo dados como provados. É, antes de mais, necessário saber quais os conhecimentos dessa testemunha. Viu? Ouviu? A quem? Quando? Onde? Como? etc.

Isto remete-nos para a questão de saber se se está perante um testemunho directo, ou indirecto.

Muito embora a força probatória dos depoi-

mentos testemunhais seja livremente apreciado pela entidade decisória, o testemunho directo é sempre considerado em prejuízo do indirecto. No entanto, este último, não sendo considerado como meio de prova, poderá servir como meio de obtenção de um outro meio de prova.

Um outro aspecto, não menos importante, prende-se com as qualidades pessoais das testemunhas, pelo que estas devem ser pessoas idóneas, sendo aconselhável indicarem-se como testemunhas, os superiores hierárquicos.

A par destes dois meios de prova, aparece um outro de especial relevo por força dos conhecimentos técnicos de quem o produz: é a prova pericial. Nos processos que temos vindo a referir, reveste-se de particular importância a perícia médica, cujos resultados são expressos em relatórios ou atestados, os quais são complementados, por vezes, com outros elementos de prova, nomeadamente, exames clínicos. Esta prova tem um interesse acrescido nos processos dos associados, porquanto se encontra sempre presente; inicialmente, instruindo o requerimento e posteriormente manifestando-se nas diversas consultas, exames e demais meios de diagnóstico.

Os elementos médicos servem, assim, para a formação da convicção dos peritos que constituem o órgão técnico colegial, cujas deliberações e pareceres decidirão sobre a situação clínica do requerente, nomeadamente, sobre a susceptibilidade das lesões apuradas provocarem ou não incapacidade, em que grau e se têm ou não relação causal com o acidente/doença de serviço. O requerimento inicial deve ser sempre instruído com relatórios ou atestados de médicos especializados nos tipos de doenças

invocadas. Esta prova reveste-se de especial valor, dados os conhecimentos técnicos e científicos, pelo que é fundamental para a decisão.

Ficam pois referidos, embora sumariamente, os meios de prova mais utilizados nos processos. De todos eles dispõe o interessado para demonstrar a realidade dos factos que alega e quer ver provados. Convém, no entanto, não esquecer que, em regra, é ao requerente que cabe, no âmbito destes processos, o ónus ou encargo de demonstrar os factos que invoca. Para tanto pode o interessado não só fazer uso destes meios de prova como também, requerer outras diligências, nomeadamente, a junção de documentos ou outros elementos aos quais não possa ter acesso imediato e em tempo útil. Não obstante, cabe à Administração Pública o dever jurídico de averiguar e de instruir, officiosamente, o processo para uma justa e rápida decisão.

Nem sempre é fácil reconstituírem-se as circunstâncias em que ocorreu determinado acidente ou doença, ou porque escasseiam as provas, ou porque o decurso do tempo, às vezes mais de trinta anos, vai delapidando a memória dos intervenientes, tornando-se difícil, senão impossível, a demonstração dos factos. Assim, muitas vezes, o requerente, não obstante alegar factos, historicamente verdadeiros, não os consegue provar no processo. Não basta pois dizer a verdade; é preciso, antes de mais, convencer quem vai decidir; e isso só se consegue, provando os factos. A prova é pois a convicção com que a entidade que decide fica acerca da verdade ou da não verdade de um facto, e essa nem sempre é fácil de alcançar, donde provar ou não seja a questão. •

* Advogado

A advogada responde

DFA e GDFA

"Sou Deficiente das Forças Armadas com 60 por cento de incapacidade, pelo DL 43/76. Ouvi dizer que saiu uma lei para os Grandes deficientes das Forças Armadas. Gostava de saber o que é que posso fazer para ser considerado Grande Deficiente das Forças Armadas?"

O Decreto-Lei 43/76, de 20JAN, instituiu um conjunto de direitos e compensações para os militares que, no cumprimento do dever e na defesa dos interesses da Pátria, sofreram diminuição da sua capacidade geral de ganho, em resultado de acidente ocorrido em serviço de campanha ou em circunstâncias equiparáveis (DFA), conjunto de direitos esses, destinados a criar condições para a reparação e integração social dos interessados.

Todavia, existem militares que adquiriram deficiência em circunstâncias, que embora não enquadráveis no conceito de serviço de campanha ou em circunstâncias equiparáveis, foram expressamente reconhecidas como resultado do serviço militar.

De entre estes deficientes em serviço, importa salientar os portadores de grande deficiência, da qual advêm graves repercussões, designadamente em encargos adicionais com a própria deficiência (GDFA).

O GDFA é um deficiente em serviço com desvalorização igual ou superior a 60%.

São direitos comuns do DFA e GDFA, direito a pensão de reforma extraordinária ou de invalidez; direito a abono suplementar de invalidez; direito à prestação de terceira pessoa desde que haja incapacidade mínima de 90%; direito ao exercício de funções públicas; direito a acumulação de pensão e vencimento e da pensão DFA ou GDFA com a que adquira pelo exercício dos cargos desempenhados; direito a alojamento e alimentação por adaptação protésica ou tratamento hospitalar; direito à redução de 75% nos transportes dos caminhos de ferro e 50% nos voos TAP de cabotagem; direito a tratamento e hospitalização gratuitos em estabelecimentos do Estado; direito a isenção de propinas em estabelecimento de ensino oficial; direito a prioridade, em igualdade de condições, na nomeação para cargos públicos; direito a condições especiais de empréstimo para a aquisição ou construção de habitação própria; direito a associação no IASFA; direito a assistência médica e medicamentosa; direito a pensão de preço de sangue, nos casos previstos, e transmissão de pensão. •

Inês Soares Castro

No século XXI

No passado dia 5 de Fevereiro assistiu-se à inauguração das placas com os nomes dos que morreram ao serviço de Portugal nas ex-Colónias, na segunda metade do século XX. Compararam-se diversas Associações mais ou menos ligadas às guerras que caracterizaram esse período; brilharam pela ausência muitas figuras de proa e partidos maioritários, não sabemos se por discordância, se por falta de orientação superior, ou simplesmente por preguiça.

Face à memória colectiva dos nossos mortos, parecia ter-se estabelecido um largo consenso. Mas, e os vivos?

Por pensar nos vivos, a ADFA encarou a hipótese de não participar nesta cerimónia; as razões dessa posição, bem como as que levaram finalmente à sua comparência, foram difundidas aos sócios e à comunicação social. Mas os problemas de fundo subsistem.

Ninguém tem dúvidas, a começar pelos organizadores, de que a lista dos nomes constantes nas placas não está completa. Lapsos administrativos ou falhas no critério podem estar na origem dessas lacunas; por exemplo, podem não figurar alguns que vieram a falecer após evacuação para Portugal. Mas sobretudo, há a massa anónima dos que nos acompanharam como militares, milícias, guias, carregadores, etc. É sabido que se torna difícil encontrar registo de todos esses mortos; porém, a pergunta repete-se: mas, e os vivos - sobretudo os deficientes?

A conta-gotas têm-nos chegado alguns destes sobreviventes. Obrigados, após a independência, a escolher entre uma nebulosa Pátria prometida e uma concreta Terra que era a sua e dos seus antepassados, decidiram-se a ficar,

mesmo arriscando-se a todas as discriminações e ajustes de contas.

O seu direito à escolha da cidadania portuguesa ninguém discute; adquiriram-no, não com o nascimento accidental em terras lusas, mas com o seu esforço, o seu sacrifício e o seu sangue. Do seu direito à reparação material e moral pelas suas deficiências e à sua integração ninguém duvida. Mas destes elevados princípios à prática corrente vai um abismo - e a Administração Pública, reconhecendo embora estas questões de Justiça, consciente ou inconscientemente vai levantando ou mantendo barreiras à efectivação desses direitos, dentro do princípio mesquinho de dar o menos possível, independentemente da justeza das pretensões. Já passaram 25 anos depois do 25 de Abril, mas a sombra dos 48 de salazarismo e derivados continua a fazer-se sentir, não nas grandes declarações e opções políticas, não na macroeconomia, mas no dia-a-dia do cidadão que enfrenta a administração, eivada desse espírito mesquinho, onde o fantasma de Santa Comba continua "... alisando as penas... e as suas palavras... tornam as almas mais pequenas".

Um africano candidato de pleno direito a DFA tem de percorrer duas vias sacras: o processo de naturalização e o processo de qualificação como DFA. Dado o estado de debilidade física e económica em que normalmente se encontram, seria de esperar celeridade por parte da Administração. No tocante à naturalização, o concurso dos Consulados permite resolver localmente muitos problemas; mas na área da Defesa as coisas andam longe da celeridade que se advoga, já que os períodos de espera se contam por anos, e por razões puramente de orga-

nização (?) interna do Exército, onde caem praticamente todos os processos.

A insensibilidade da Administração é tal que podem ser mostradas cartas dirigidas a alguém, algures em Moçambique, informando-o de que deve comparecer na consulta de ortopedia do HMP, no dia tal às tantas horas, para tratar do seu assunto... Se o candidato a DFA vier - e normalmente vem - fica completamente desamparado do ponto de vista legal, já que não tem ainda direito à reparação do DL 43/76 - e terá de esperar anos até e se as receber... retroactivamente. Dado que acaba por ser apoiado durante esse período por uma qualquer instituição, torna-se evidente que o atraso acarreta prejuízos à Administração, já que o indivíduo em causa, logo que qualificado DFA, deixa de carecer do apoio dessas instituições. A morosidade tem pois um preço que não devia deixar de preocupar quem, noutras áreas, se mostra tão avaro.

Celeridade, pois, é o que se pede na organização destes processos, sobretudo os que decorrem dentro da organização militar, a mais obrigada moralmente a tratar os seus antigos camaradas. a menos que, dentro do espírito mesquinho atrás referido, esteja em curso a política de deixar morrer de inanição os nossos antigos camaradas, porque, bem vistas as coisas, fica mais barata uma placa do que uma pensão...

Luís XIV, rei de França, fundou no século XVII os Inválidos (mais tarde ampliados por Napoleão), para acolher os muitos estropeados que as suas guerras tinham criado. Não sei se havia processos e se estes eram céleres, mas sei que os estropeados eram ali acolhidos, tratados e reintegrados, como reconhecimento do seu sacrifício à política nacional, fosse ele correcta ou não. E agora que tanto se fala em fazer entrar Portugal no século XXI, seria acertado fazê-lo entrar primeiro... no século XVII. •

Nuno Santa Clara

DIÁRIO DA REPÚBLICA

Serviço Efectivo Normal

Portaria 15/2000, de 17 de Janeiro

A título excepcional, é prolongado o período de duração do serviço efectivo normal para os recrutados a incorporar no Exército, no presente ano, até ao limite máximo de seis meses.

O prolongamento deste serviço é de 7,8% do efectivo a incorporar em 2000, só podendo ser excedido se a flutuação do número de praças em regime de voluntariado e de contrato não for suficiente para garantir o efectivo mínimo necessário ao funcionamento do Exército.

Crédito à Habitação

Decreto-Lei 1-A/2000, de 22 de Janeiro

Este diploma altera o artigo trinta e um do regime jurídico de concessão de crédito bonificado à habitação - DL 137-B/99, de 22ABR, procedendo à prorrogação do prazo transitório para a concessão de isenções emolumentares às operações de mudança de regime de crédito e de instituição de crédito, até trinta e um de Dezembro de dois mil.

Letras e Livranças

Portaria 28/2000, de 27 de Janeiro

Com a entrada em vigor do novo Código do Imposto Selo, que aboliu a liquidação do imposto de selo por meio de estampilha fiscal, é necessário adequar os modelos das letras e livranças, pelo que este diploma vem aprovar os novos modelos.

Os modelos antigos das letras e livranças poderão ser utilizados até trinta de Junho de dois mil.

Declarações de IRS

Portaria 35/2000, de 28 de Janeiro

Esta portaria aprova os novos modelos de impresso relativos ao IRS, para declarar os rendimentos respeitantes ao ano de mil novecentos e noventa e nove e anos anteriores:

- Declaração modelo 3
- Anexo B - rendimentos de trabalho independente
- Anexo C - rendimentos comer-

ciais, industriais e agrícolas para sujeitos passivos com contabilidade organizada

- Anexo D - reporte e fraccionamento de rendimentos

- Anexo G - mais valias

- Anexo G1 - alienação onerosa de acções detidas durante mais de 12 meses

- Anexo H - benefícios fiscais.

Continuam em vigor os seguintes modelos de impressos das declarações de IRS:

Anexo B1 - rendimentos comerciais, industriais e agrícolas para sujeitos passivos sem contabilidade organizada

Anexo C1 - imputação de rendimentos de sociedades sujeitas ao regime de transparência fiscal e de heranças indivisas

Anexo E - rendimentos de capitais

Anexo F - rendimentos prediais

Anexo I - herança indivisa

Anexo J - rendimentos obtidos no estrangeiro.

Defesa Nacional

Decreto do Presidente da República 2-A/2000, de 8 de Fevereiro

Nomeia para o cargo de Secretário de Estado da Defesa Nacional o Dr. José Manuel Silva Mourato.

GDSEN

Portaria 60/2000, de 15 de Fevereiro

Aprova o modelo de cartão destinado aos grandes deficientes do serviço efectivo normal, que durante a prestação do serviço militar tenham adquirido uma diminuição permanente na sua capacidade geral de ganho igual ou superior a 80%.

O cartão, de cor amarelo claro e lista castanha, não substitui o Bilhete de Identidade, destinando-se a consagrar o conjunto de direitos de natureza social e económica atribuídos ao seu titular.

O mesmo é emitido pela Direcção do Serviço de Pessoal do Ramo das Forças Armadas a que pertencer o seu titular e autenticado com o respectivo selo branco.

Helena Afonso

Destaque do Mês



Prestações Familiares

Portaria 50/2000, de 8 de Fevereiro

Determina os montantes das prestações por encargos familiares, no âmbito dos regimes de Segurança Social e do regime de protecção social da Função Pública.

O montante mensal, por descendente, do subsídio familiar a crianças e jovens varia consoante os escalões de rendimentos.

Para o primeiro escalão de rendimentos, quanto aos descendentes com idade igual ou inferior a doze meses e superior a doze meses, o montante do subsídio, em função do número de descendentes, oscila, respectivamente, entre os 15.600\$00 e 23.410\$00 e entre 4.680\$00 e 7.030\$00.

Para o segundo escalão de rendimentos, quanto aos descendentes com idade igual ou superior a doze meses, o montante do subsídio, em função do número de descendentes, oscila, respectivamente, entre os 11.950\$00 e 16.070\$00 e entre 3.210\$00 e 4.350\$00.

Para o terceiro escalão de rendimentos, quanto aos descendentes com idade igual ou superior a doze meses, o montante do subsídio, em função do número de descendentes, oscila, respectivamente, entre os 7.640\$00 e 9.940\$00 e entre 2.920\$00 e 3.790\$00.

Se a criança ou o jovem for deficiente, aos montantes acima referidos acresce a bonificação de 8.800\$00 até aos catorze anos, 12.930\$00 dos catorze aos dezoito anos e 17.310\$00 dos dezoito aos vinte e quatro anos.

O valor do subsídio mensal vitalício é de 25.000\$00, o subsídio por assistência de terceira pessoa de 12.500\$00 e o subsídio de funeral de 32.730\$00.

Os montantes das prestações familiares atrás referidos têm efeitos a partir de um de Janeiro de dois mil.

Em resumo:

SUBSIDIO FAMILIAR A CRIANÇAS E JOVENS

Crianças até um ano de idade

Escalões de rendimento	1.º e 2.º descendente		3.º descendente e seguintes	
	2000	Crescimento	2000	Crescimento
1.º escalão	15.600\$00	5,9%	23.410\$00	5,9%
2.º escalão	11.950\$00	4,2%	16.070\$00	4,2%
3.º escalão	7.640\$00	2,5%	9.940\$00	2,5%

Jovens e crianças com mais de um ano de idade

Escalões de rendimento	1.º e 2.º descendente		3.º descendente e seguintes	
	2000	Crescimento	2000	Crescimento
1.º escalão	4.680\$00	5,9%	7.030\$00	5,9%
2.º escalão	3.210\$00	4,2%	4.350\$00	4,2%
3.º escalão	2.920\$00	2,5%	3.790\$00	2,5%

Bonificação por deficiência

Grupos etários	Todos os escalões	
	2000	Crescimento
Até aos 14 anos	8.880\$00	4,8%
Dos 14 aos 18 anos	12.930\$00	4,8%
Dos 18 anos aos 24 anos	17.310\$00	4,8%

Outras prestações

Prestações	Montantes	Crescimento
Subsídio por assistência de 3.ª pessoa	12.500\$00	10,5%
Subsídio mensal vitalício	25.000\$00	5,9%
Subsídio de funeral	32.730\$00	4,8%

Voluntariado

Precisamos de ti para apoiar os nossos camaradas

Aceitam-se inscrições de associados para a realização de inquérito para estudo da situação em que vivem os associados, particularmente os grandes deficientes

Tel. 21 757 04 22 Ext. 250 (associado Silvério Rodrigues)

Departamento de Reabilitação e Apoio Social

Guerra Colonial na Universidade Aberta

ADFA apoia

I Congresso Internacional

“A Guerra Colonial: Realidade e Ficção”

Mais de uma centena de intervenientes de renome vão debatê-la nos dias 13, 14 e 15 de Abril, em Lisboa, e 17-20, no Porto

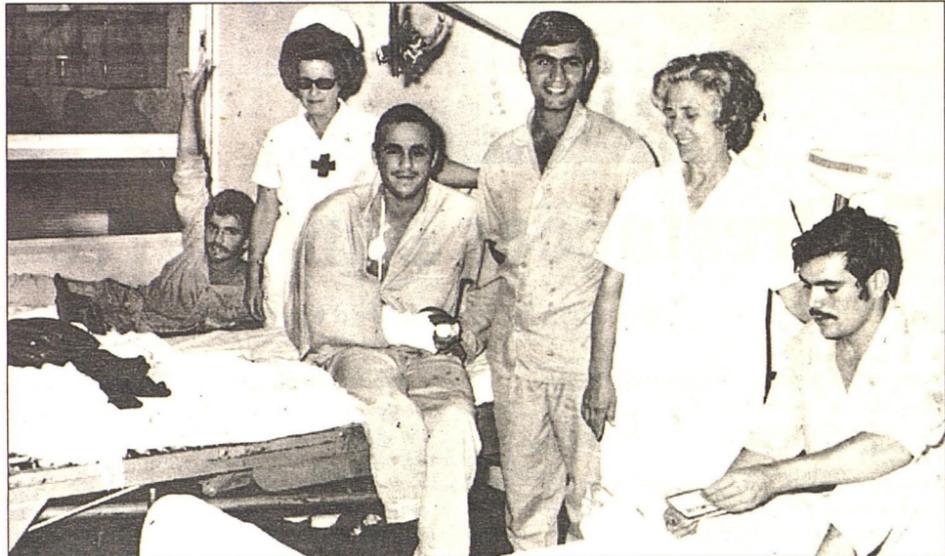
Inscrições até 15 de Março - 15.000\$00 ou até 30 de Março (multa 25.000\$00)

Informa-te na ADFA

Lembranças da minha guerra

Injustiças

FOTO: ARQUIVO ADFA



A Companhia de Caçadores 2730 formou-se no Regimento Infantaria 16, em Évora, no início do ano de 1970 e embarcou para Moçambique a 20 de Maio do mesmo ano, tendo como transporte o navio "Niassa", para a travessia do oceano.

Tudo bons rapazes, oficiais, sargentos e praças, uma verdadeira equipa com um comandante excelente. Tínhamos jurado defender a Pátria e lá íamos cheios de boas intenções sem saber o que nos esperava, mas, sempre a pensar que se fosse coisa boa não estaria guardada para nós.

Depois de cerca de um mês de viagem em condições que nem para animais eram dignas, num emaranhado de camas enfiadas

umas nas outras com um horrível cheiro a vomitado e os ratos a passear nos estreitos corredores, bem perto daqueles que dormiam nas camas de baixo, rente ao chão, tudo isto contribuía para a agonia dos viajantes. Mas, meu amigo, íamos cumprir o nosso dever de bons cidadãos e lá dizia o poeta "a Pátria honrai que a Pátria vos contempla".

E é aqui que está o "busilis" da questão, a Pátria Mãe, não fez jus à frase do poeta, pois estes cidadãos que cumpriram o seu dever, o que a muitos custou a própria vida e a outros deficiências físicas e psíquicas, nem todos foram contemplados, refiro-me mais concretamente a um dos meus camaradas da 2730 que, sendo ferido poucos dias depois de mim

com um traumatismo craniano, veio a encontrar-se comigo no hospital. Quando pudemos constatar os factos bem de perto, apercebemo-nos melhor das situações, pois o meu camarada de armas não estava em melhores condições do que eu, só que enquanto eu fiquei com uma deficiência física visível e com desvalorização, avaliada pelos médicos que se regulavam por uma tabela de incapacidades, a referida tabela não dava para avaliar a incapacidade psíquica do meu camarada. Cabia aqui aos médicos avaliá-la com os seus conhecimentos, mas estes não usaram a sua consciência e quando o doente lhes pediu alta estes deram-lha imediatamente, sem qualquer desvalorização que desse direito a uma pensão, não vendo, ou não querendo ver, que se tratava de um combatente que tinha perdido o juízo e que a sua cabeça já não funcionava, como quando foi arrancado do seio da sua família, para ir defender a Pátria. Hoje, o referido ex-combatente vagueia pelas ruas, não quer ir ao médico, diz que nada tem e que não sofre de nada e assim é votado ao ostracismo um combatente que todo o mal que fez foi contribuir com a sua quota-parte de cidadão e defender a Pátria.

Sem querer com tudo isto desculpabilizar aqueles que fugiram ao seu dever, mas sim criticar um sistema que faltou às suas responsabilidades, quero deixar-vos na memória um dos muitos casos injustamente tratados por quem de direito. •

Farinho Lopes

Associados falecidos

Aos familiares e amigos dos associados falecidos apresentamos as nossas mais sentidas condolências

José Vieira Ribeiro

Associado n.º 9171
51 anos
Faleceu no dia
23/12/99



Residia na Camacha, concelho de Santa Cruz, Madeira. Serviu em Angola, na Companhia de Caçadores 2568/Bll 19.

Manuel Henrique Charrua

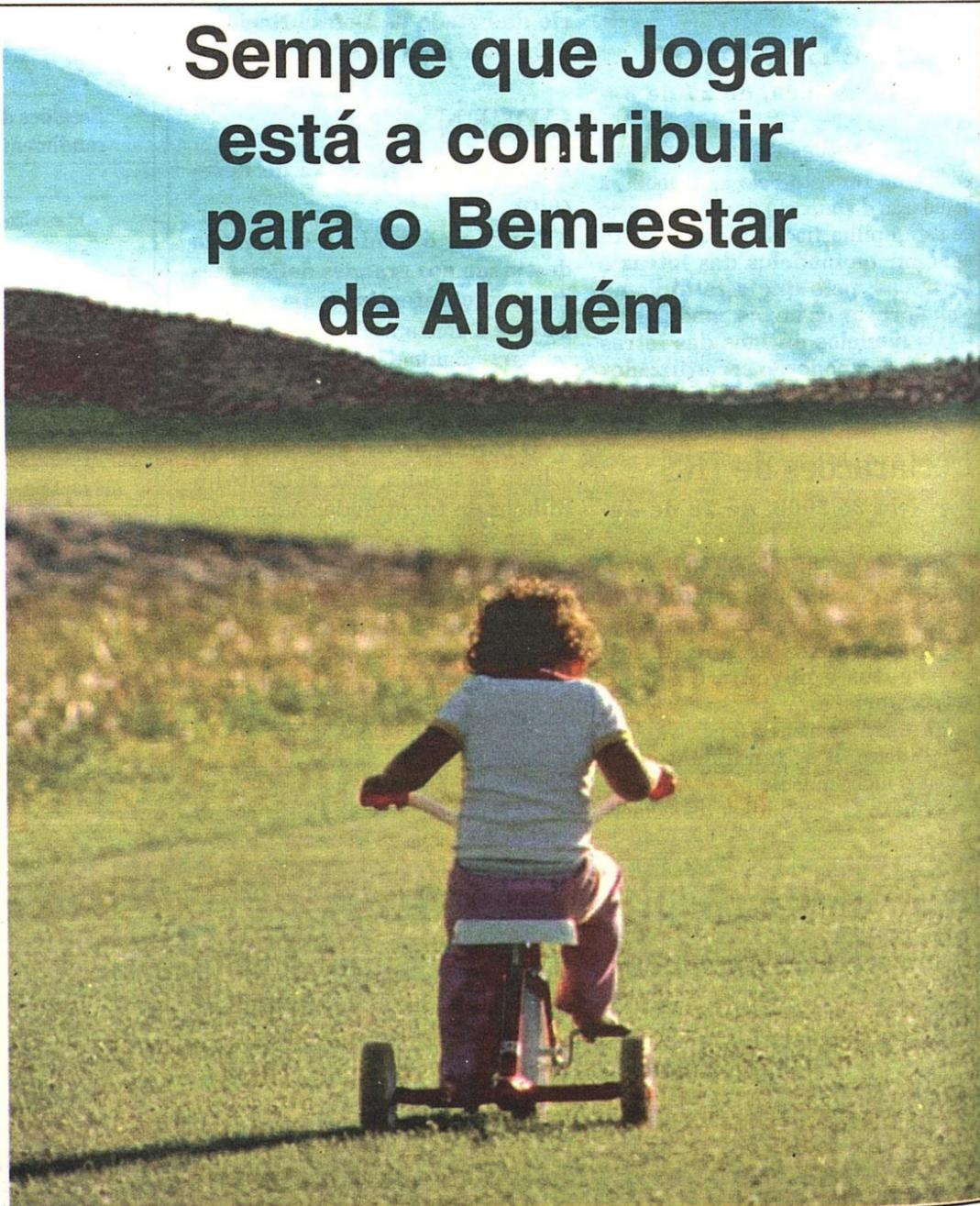
Associado n.º 11354
56 anos
Faleceu no dia
13/01/00



Residia em Évora. Deixa viúva Rosa Maria F. Carvalho Charrua. Serviu em Angola, na Companhia de Caçadores 777/Batalhão de Caçadores 775.



Sempre que Jogar está a contribuir para o Bem-estar de Alguém



Novo fôlego com novos órgãos

FOTO: FARINHO LOPES



A Associação de Fuzileiros foi a eleições para escolha dos seus órgãos sociais para o biênio 2000/2001, no passado dia 26 de Fevereiro.

Dos 428 associados inscritos, 279 votaram nas eleições que deram a vitória aos candidatos da lista B.

A Associação de Fuzileiros foi fundada em 1977, data em que foi feita escritura da sua constituição. "Os objectivos continuam actuais", disse ao ELO Cardoso Moniz, associado e coordenador da comissão eleitoral da Associação de Fuzileiros.

"Salvaguardar, conservar e desenvolver os valores que sempre foram apanágio do espírito de serviço, da coragem, da lealdade e da camaradagem dos Fuzileiros", é o primeiro dos objectivos expostos no artigo segundo dos Estatutos daquela Associação.

Os associados reuniram-se primeiramente numa sala emprestada e, após terem constituído a Associação, o projecto foi ficando menos dinâmico.

Após muitos anos de inactividade, a Associação revitalizou-se com um grupo de associados que resolveram retomar o projecto

onde este havia parado. Desde Janeiro deste ano, empreenderam esforços para regularizar a situação da Associação perante a Lei e nas Finanças. Foi preciso, inclusivamente, solicitar autorização ao Chefe de Estado Maior da Armada para poder utilizar o nome "Fuzileiros".

Depois de todas as diligências concluídas com sucesso, foi possível marcar eleições e decidir através da votação quem seriam os associados a dirigir os primeiros passos da Associação.

"Procurámos reunir pessoas que podem influir na resolução dos problemas dos associados", lembrou Cardoso Moniz.

Assim, o Conselho de Associação foi ser composto pelos sócios fundadores e pelos associados Ludgero dos Santos, Manuel Teixeira, Luís Tristão; a Mesa da Assembleia Geral, pelos associados Horácio Nápoles (presidente), Carlos Pereira (1º secretário) e José Coisnhas (2º secretário); a Direcção, pelos associados José Viegas (presidente), Ilídio Neves (vice-presidente), José Sequeira (tesoureiro), António Soares (secretário), José Talhadas (vogal), José Parreira (vogal), também associado da ADFA, Inácio Teixeira (vogal); e o Conselho Fiscal, pelos associados António Santos, José Grosso, António Silva, Mário Manso e João Barroso. •

R.V.

FOTO: FARINHO LOPES



menores sobre o choque de gerações que tem sido patente na vida associativa actual. "Há que ensinar para que haja compreensão", salientou, realçando a ADFA como exemplo de uma instituição que se renova e que mantém a sua independência reivindicativa.

O Colóquio terminou com uma nota de esperança: "o associativismo tem muitas potencialidades e tem futuro." •

R.V.

Clube do Sargento da Armada

Colóquio comemora 25 anos em associação

Fundado em 22 de Fevereiro de 1975, o Clube do Sargento da Armada (CSA) comemorou, em Fevereiro, 25 anos de actividade ininterrupta.

"25 anos de Cultura, Recreio e Fraternidade" foi o lema escolhido para estas comemorações que culminaram com uma sessão solene na sede social do Clube, em Lisboa, no dia 22 de Fevereiro.

No dia 9 de Fevereiro teve também lugar, na Delegação n.º1, no Feijó, um colóquio sobre o movimento associativo, em que estiveram presentes, além do representante da ADFA e da Associação 25 de Abril, Nuno Santa Clara, os representantes de outras instituições como a Associação Nacional de Sargen-

tos, o Clube Militar Naval, entre outras. As entidades locais, nomeadamente, a autarquia de Almada e a Junta de Freguesia do Feijó, também compareceram ao Encontro sobre as diferenças e potencialidades do movimento associativo.

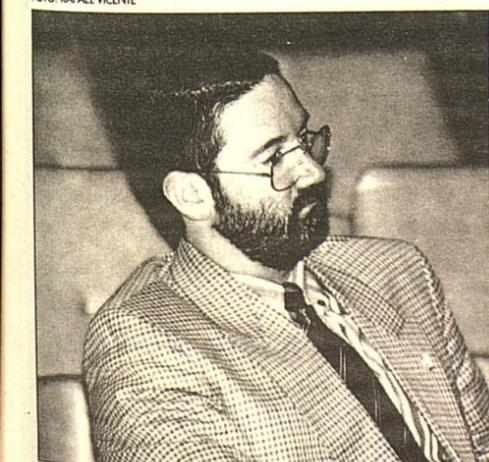
Intervieram no colóquio Romeu Rosário, vice-presidente da Federação de Colectividades de Cultura e Recreio, que abordou o panorama do associativismo português; Alexandre Castanheira, associativista, também afluente esta temática, enquanto que o associado do CSA, Custódio de Jesus, expôs as dificuldades e potencialidades do movimento associativo no qual o CSA está enquadrado.

O representante da ADFA registou os por-

Associação Nacional de Sargentos

Grandes objectivos para o futuro

FOTO: RAFAEL VICENTE



António Coelho

"Desde o primeiro momento a Associação Nacional de Sargentos (ANS) definiu como seu objectivo principal lutar pela dignificação dos seus associados, da classe de sargentos e da instituição militar", salientou o então candidato a presidente da Direcção da Associação Nacional de Sargentos (ANS), António Lima Coelho, no Dia nacional do Sargento, 31 de Janeiro.

António Coelho foi eleito presidente da Direcção da ANS por um período de dois anos e referiu que os novos órgãos pretendem, não só "combater o artigo 31º do EMFAR", mas também melhorar as condições dos associados, dinamizando e criando núcleos, mantendo o prestígio de "O Sargento" - jornal da ANS, e aprofundar o relacionamento com instituições congéneres, a nível nacional e no

estrangeiro, entre outros objectivos apontados para o biênio do mandato.

Os órgãos eleitos são compostos pela Assembleia Geral - Manuel Silva, presidente, José Gonçalves, vice-presidente, Fernando Fontes, secretário, e vogais ngelo Ramos e Américo Silva; pela Direcção - António Coelho, presidente, vice-presidentes Álvaro Martins, Ernani Balsa e Fernando Freire, José Coutinho, tesoureiro, secretários Domingos Pereira, Vítor Florindo, José Pereira, e vogais João Nogueira, Rui Esteves, Oscar Veríssimo, António Sena, Ricardo Castanheira; e pelo Conselho Fiscal - Joaquim Ponte, presidente, Domingos Eugénia, vice-presidente, Mário Pereira, relator, e vogais Augusto Tomás e José Botas. •

R.V.

Associações na Imprensa



O QUE É A HEMOFILIA?

"Nos diferentes livros editados recentemente pela Associação Portuguesa dos Hemofílicos a pergunta é sempre a mesma, o que difere é a forma como se explica «O que é a Hemofilia»."

O Hemofílico (APH) - Out/Nov/Dez99

CUBA E A CEGUEIRA

"Em 1991, uma tirinha de jornal noticiado um novo tratamento de "Retinose Pigmentar" em Cuba, circulou entre alguns interessados. Aos poucos, a notícia ganhou espaços privilegiados na imprensa brasileira."

Luís Braille (ACAPO) Out/Nov/Dez99

TEMPO DE MUDANÇA

"Sabemos que não é por Decreto-Lei que se mudam as condições de vida de um povo e muito menos as de um grupo específico, como é o das pessoas com deficiência (a maior minoria do país...), mas também sabemos o quanto tem sido importante a perseverança do Movimento dos Deficientes na melhoria das suas condições de vida."

O Jornal do Deficiente (CNOD) Nov/Dez99

CONGRESSO PORTUGUÊS DE DIABETES

"A Sociedade Portuguesa de Diabetologia (SPD) vai realizar o IV Congresso Português de Diabetes, que terá lugar no Funchal, de 23 a 25 de Fevereiro do ano 2000. (...) O Congresso será ainda um oportunidade única de intercâmbio, debate e troca de experiências entre todos nós e esse será talvez o seu aspecto mais importante."

Diabetes (APDP) - Out/Dez99

EMPREGO PARA TODOS

"Apesar de consagrado na Declaração Universal dos Direitos do Homem, o emprego está ainda longe de ser uma realidade acessível às pessoas com deficiência. Uma situação preocupante, que urge resolver através de uma política nacional de emprego que promova a sua saudável inserção e progressão no mercado de trabalho."

Associação (APD) - Fev00

REVISÃO URGENTE

As instituições de solidariedade social necessitam, urgentemente, que o Governo reveja os subsídios atribuídos na área da deficiência. O apelo foi transmitido por Ana Brás, directora da Cooperativa de Educação e Reabilitação de Cidadãos Inadaptados da Amadora (CERCIAMA), por ocasião da inauguração oficial das novas instalações, que teve lugar na passada Segunda-feira, na Venteira, com a presença do ministro da tutela."

Notícias da Amadora - 10Fev00

MILITARES NO PARLAMENTO

"As associações de oficiais e de sargentos defenderam ontem perante a Comissão Parlamentar de Defesa, em Lisboa, a necessidade de alterar o Estatuto dos Militares das Forças Armadas (EMFAR), aprovado em Junho passado."

Público - 15Fev00

Formação Profissional para pessoas portadoras de deficiência

Secretário de Estado garante verbas

FOTO: ARQUIVO ADFA



reio a que o ELO teve acesso.

A informação veio do Grupo de Contacto para a Formação e Emprego de Pessoas com Deficiência, do qual a ADFA faz parte.

Segundo o comunicado "a situação decorre directamente da mudança de Quadro Comunitário de Apoio, por força dos atrasos na aprovação dos regulamentos dos novos programas

e da ausência de mecanismos transitórios de apoio, em devido tempo sugeridos ao Governo", o que significa que muitos dos cursos e estágios que estão agora em funcionamento podem ser abruptamente interrompidos.

A ADFA enviou um ofício aos formandos e formadores dos cursos de Artes Gráficas e de Escritório Electrónico, bem como às empresas que acolhem os estagiários, informando de que, salvo surgimento de novas informações, o dia 29 de Fevereiro seria o limite para o normal funcionamento dos cursos e estágios.

No caso da ADFA, até 29 de Fevereiro estava a decorrer um curso de Artes Gráficas que só terminaria em 8 de Março, enquanto que o estágio dos formandos do curso de Escritório Electrónico que teria lugar até 31 de Dezembro deste ano vê assim um fim súbito da sua actividade.

"Diálogo é coisa que não tem existido,

pelo menos no sentido construtivo que uma verdadeira relação de parceria exigiria", referiu o grupo de contacto, aludindo a que "estão em causa milhares de pessoas com deficiência que têm através destas acções uma oportunidade de inserção socioprofissional e afirmação dos seus direitos de cidadania; está em causa um volumoso grupo de profissionais especializados que vêm posto em causa o direito à segurança que o seu empenhamento e dedicação deveria ver consagrado; estão em causa organizações sem fins lucrativos, com pesados encargos de funcionamento, que se vêm impedidas de programar a sua actividade de forma objectiva, face ao desconhecimento de um futuro de curto prazo; está em causa, por exclusão de partes, o direito à igualdade de oportunidades, que muitos propalam na teoria e prejudicam na prática."

As organizações exigiram do Governo uma atitude diferente, em nome de uma relação de parceria efectiva que continuam a defender.

Face à gravidade da situação, as organizações signatárias que representam a grande maioria das entidades formadoras de pessoas com deficiência, decidiram em reunião de 21 de Fevereiro de 2000, enviar de imediato um ofício de protesto ao primeiro ministro e ministro do Trabalho e da Solidariedade, com conhecimento ao Presidente da República e presidente da Assembleia da República.

A ADFA assinou o comunicado com a ACAPO, APPACDM, APPC, FENACERCI e FORMEM. •

R.V.

Rui Cunha, secretário de Estado da Inserção Social, num fórum de uma estação de rádio nacional, veio assegurar que o Orçamento de Estado para 2000 contempla verbas destinadas a suprir a demora do arranque do III Quadro Comunitário de Apoio, que tem dificultado, e pode mesmo impossibilitar, a realização de acções de formação profissional.

O secretário de Estado referiu ainda que as organizações confrontadas com a falta de financiamento, devem contactar o seu gabinete para que a sua situação seja resolvida.

"Cerca de uma centena de organizações que promovem acções de formação para pessoas com deficiência em Portugal podem vir a ter que suspender a sua actividade normal a partir do final do corrente mês, face à ausência de linhas orientadoras quanto ao financiamento das acções a partir dessa altura", foi referido num comunicado do dia 21 de Feve-

Serviços Clínicos

Marcação de consultas

FOTO DE ARQUIVO



Em resposta à carta do associado Manuel Joaquim Rodrigues Sousa do Núcleo de Aveiras, publicada no jornal ELO em Fevereiro, os Serviços Clínicos da Sede informam o seguinte:

1 - Os utentes deverão marcar as respectivas consultas de estomatologia mediante pagamento de 300 escudos.

2 - Todas as consultas podem ser marcadas por telefone, e o pagamento será feito no acto da consulta.

3 - No caso de desistência das consultas, os utentes deverão avisar os Serviços Clínicos, dois dias úteis antes, e fazerem a remarcação das mesmas, afim de não perderem o direito à importância indicada. •

Serviços Clínicos
Maria Filomena Brandão



VENDAS ESPECIAIS

PARA DEFICIENTES



Contacte os serviços



da ADFA
Alberto Pinto
Telf. (01) 757 04 22



CONCESSIONÁRIO FIAT

VENDAS ESPECIAIS PARA DEFICIENTES



Contacte os serviços da ADFA

CONCESSIONÁRIO LANCIA

Alberto Pinto
Telf. (01) 757 04 22

Trevauto

STAND: Rua da Venezuela, 65 A/B - 1500 LISBOA • Tels.: 760 89 60/7 - 760 82 53 - 760 52 78 • Fax: 760 52 78
STAND: Rua de Arroios, 89A - 1100 LISBOA • Tels.: 316 72 00/316 72 13 • Fax: 352 00 96
STAND: Rua Virgílio Correia 17-B - 1600 LISBOA • Tel.: 726 98 89/726 99 13 • Fax: 726 56 39 (à Estrada da Luz)
ASSISTÊNCIA TÉCNICA: Rua Heróis de Quijota, 14A - 1100 LISBOA • Tels.: 812 32 75 - 814 47 17

Contacto: TREVAUTO 316 72 00 - Francisco Galhano

DESCONTOS:

PEÇAS: 25%
OFICINA: 15%

(MANUEL CORREIA) TELF. 316 72 00
(HUMBERTO LOURENÇO) . . . TELF. 812 32 75

Trevauto

STAND: Rua da Venezuela, 65 A/B - 1500 LISBOA • Tels.: 760 89 60/7 - 760 82 53 - 760 52 78 • Fax: 760 52 78
STAND: Rua de Arroios, 89A - 1100 LISBOA • Tels.: 316 72 00/316 72 13 • Fax: 352 00 96
STAND: Rua Virgílio Correia 17-B - 1600 LISBOA • Tel.: 726 98 89/726 99 13 • Fax: 726 56 39 (à Estrada da Luz)
ASSISTÊNCIA TÉCNICA: Rua Heróis de Quijota, 14A - 1100 LISBOA • Tels.: 812 32 75 - 814 47 17

Contacto: TREVAUTO 316 72 00 - Francisco Galhano

DESCONTOS:

PEÇAS: 25%
OFICINA: 15%

(MANUEL CORREIA) TELF. 316 72 00
(HUMBERTO LOURENÇO) . . . TELF. 812 32 75

SERVIÇOS MÉDICOS E PSICOSSOCIAIS

CLÍNICA GERAL
médico: Dr. Fernando Brito,
2ª feira - 13H00 5ª feira - 13H15

PSIQUIATRIA
médico: Dr. Monteiro Ferreira
2ª e 4ª Sem. de cada mês - 2ª feira - 16H00

UROLOGIA
médico: Dr. Paulo Vale
2ª feira - 18H00 (quinzenal)

GASTROENTEROLOGIA
médico: Dr. Raúl Vieira dos Santos
4.ª - 9H00 (quinzenal)

FISIATRIA
médico: Dr. Barros Silva
4ª feira - 16H00

FISIOTERAPIA
técnico: Carlos Rodrigues
Todos os dias das 14H00 às 18H00

ANÁLISES CLÍNICAS
6ª feira - 9H00 às 10H00

ACUPUNCTURA
especialista: Cndt Araújo de Brito
2ª, 4ª e 5ª feira das 10H30 às 13H00

ESTOMATOLOGIA
Dr. José Eduardo Simões Antunes
3ª e 5ª feira das 9H00 às 13H00
Marcações: Elizabete Maria

SERVIÇO PROTÉSICO
técnico de próteses dentárias: Dr. Carlos Lopes
4ª feira - 9H00

PSICOLOGIA CLÍNICA E STRESS DE GUERRA
Drª Teresa Infante
Todos os dias
Marcações: com a própria

APOIO AOS SÓCIOS

GABINETE JURÍDICO
Dra. Helena Afonso
4ª feira das 14H30 às 18H00
Dra. Inês Soares Castro
3ª e 5ª feira das 14H30 às 18H00

Marcações:
Secretaria / Atendimento
Maria Eugénia - extensão 234

SECRETARIA/ATENDIMENTO
(Ver Horário e Telefones)

SERVIÇO SOCIAL

Drª. Ana Pereira
2ª e 4ª feira até às 17H00
Marcações: com a própria

HORÁRIO

Expediente 10h00 às 17h30
Intervalo de Almoço 12h30 às 14h00
Serviço de Almoço Segunda a Sexta,
das 12h30 às 14h30
Serviço de Bar Segunda a Sexta,
das 9h00 às 19h00
Sábado das 11H00 às 17H00

TELEFONES

Solicita-se a todos os associados
que façam as marcações das consultas, com
antecedência, pelos telefones:
21 757 0502 / 21 757 0583
21 757 0422 / 21 757 0645
21 757 0702 / 21 757 0781

VENDA DE AUTOMÓVEIS

VOLKSWAGEN E AUDI

MODELO	P.BASE	P.V.P.
Lupo		
1.0 Concept	1.486.042.00	2.062.886.00
1.0 Concept AC	1.747.689.00	2.369.013.00
1.4 3P Highline	1.956.023.00	3.060.761.00
1.4 3P Highline Aut.	2.174.453.00	3.316.324.00
1.4 TDI Concept	1.908.249.00	3.062.748.00
Polo		
1.0 Confortline	1.599.727.00	2.209.123.00
1.0 5P Confortline	1.664.084.00	2.284.421.00
1.0 5P AC Confortline	1.925.309.00	2.590.054.00
1.0 5P TA Confortline	1.865.124.00	2.519.637.00
1.4 5P Confortline	1.852.859.00	2.951.759.00
1.4 AC 5P Highline	2.147.591.00	3.296.596.00
1.4 5P Automático	2.130.571.00	3.276.682.00
1.4 TDI 5P Confortline	2.213.592.00	3.431.699.00
1.4 TDI 5P AC Confortline	2.365.320.00	3.609.221.00
Polo 3 Volumes		
1.4 Confortline	1.826.433.00	2.920.841.00
1.9 SDI Confortline	2.174.649.00	4.243.517.00
1.9 TDI AC Confortline	2.354.4474.00	4.453.880.00
1.9 TDI Trendline AC	2.732.377.00	4.896.058.00
1.4 Variant	1.840.847.00	2.937.705.00
1.9 SDI Variant	2.188.936.00	4.260.232.00
1.9 TDI AC Trendline	2.746.791.00	4.912.923.00
Golf		
1.4 Conceptline 5p	2.253.452.00	3.426.303.00
1.4 Conceptline 3p	2.191.224.00	3.353.262.00
1.9 TDI "25 Anos" 5p	2.933.401.00	5.137.106.00
1.9 TDI "25 Anos" Aut.	3.136.154.00	5.374.327.00
1.9 TDI Highline Autom.	3.625.941.00	5.947.378.00
Golf Variant		
1.4 Conceptline	2.372.750.00	3.565.882.00
1.9 TDI 90 cv	2.815.320.00	4.998.952.00
1.9 TDI 90 cv Autom.	3.018.074.00	5.236.174.00
1.9 TDI 115 cv	3.712.174.00	6.048.271.00
Bora		
1.9 TDI Highline	3.756.584.00	6.100.231.00
1.9 TDI EC Highline	3.993.376.00	6.377.276.00
Beetle		
1.9 TDI 90 cv	3.200.233.00	5.449.300.00
1.9 TDI 90 cv Autom.	3.398.383.00	5.681.135.00
Passat		
1.6 Confortline	3.404.629.00	5.149.838.00
1.9 TDI 115 cv Confortline	3.647.594.00	5.978.562.00
1.9 TDI 115 cv Trendline	4.105.540.00	6.154.359.00
1.9 TDI 115 cv Tiptronic	3.987.149.00	6.375.841.00
1.9 TDI 115 cv Tiptronic	4.445.093.00	6.911.636.00
Passat Variant		
1.6 Confortline	3.639.003.00	5.424.056.00
1.9 TDI 115 cv	3.878.996.00	6.249.302.00
1.9 TDI 115 cv Tiptronic	4.218.417.00	6.646.425.00
1.9 TDI 115 cv Tiptronic	4.676.362.00	7.182.220.00
Audi A3		
Att. 1.6 3P	3.201.747.00	4.950.491.00
Att. 1.6 5P	3.304.311.00	5.070.491.00

Att. 1.9 TDI 3P	3.672.299.00	6.045.492.00
Att. 1.9 TDI 5P	3.774.863.00	6.165.492.00
Sport 1.9 TDI 3P	4.210.761.00	6.675.493.00
Sport 1.9 TDI 5P	4.313.325.00	6.795.493.00
Audi A4		
Att. 1.9 TDI 115 cv	4.576.708.00	7.109.501.00
Sport 1.9 TDI 115 cv	4.807.477.00	7.379.500.00
Audi A4 Avant		
Att. 1.9 TDI 110 cv	4.633.837.00	7.170.492.00
Att. 1.9 TDI 115 cv	4.807.477.00	7.373.650.00
Sport 1.9 TDI 115 cv	5.038.246.00	7.643.650.00
Audi A6		
1.9 TDI 110 cv	5.844.133.00	8.592.388.00
1.9 TDI 110 cv TA	6.027.894.00	8.807.388.00
Audi A6 Avant		
1.9 TDI 110 cv	6.168.919.00	8.966.537.00
1.9 TDI 110 cv TA	6.352.680.00	9.181.538.00

FIAT

MODELO	P.BASE	P.V.P.
Seicento		
Seicento S	1.052.792.00	1.474.000.00
Sport	1.245.584.00	1.859.000.00
Panda Jolly	1.058.775.00	1.481.000.00
Punto		
55 S 3P	1.300.285.00	1.923.000.00
55 S 5P	1.355.840.00	1.988.000.00
55 SX / 70 TD 5P	1.529.824.00	3.112.000.00
Van Stile	1.789.734.00	2.400.000.00
Novo Punto		
1.2 S 3P	1.329.338.00	2.059.213.00
1.2 ELX 5P	1.543.013.00	2.309.213.00
1.2 16 v ELX 5P	1.628.483.00	2.409.212.00
Sport 3P	1.943.868.00	2.778.213.00
Punto II GT 3P	1.929.355.00	3.668.083.00
Palio		
Weekend 1.2	1.908.643.00	2.737.000.00
Weekend 70 TD	1.816.149.00	3.447.000.00
Bravo		
1.4 SX	2.018.900.00	2.866.000.00
100 SX Autom.	2.272.245.00	3.769.000.00
105 JTD GT	2.357.628.00	4.464.000.00
Brava		
1.4 SX	2.061.635.00	2.916.000.00
105 JTD ELX	2.494.380.00	4.624.000.00
Marea		
1.4 SX	2.249.669.00	3.136.000.00
100 ELX Caixa Aut.	2.792.757.00	4.378.000.00
105 JTD HIX	2.920.876.00	5.123.001.00
130 JTD HIX	2.890.271.00	5.950.000.00
Weekend 1.4 SX	2.335.139.00	3.236.000.00
100 ELX Automática	2.878.227.00	4.477.999.00
105 JTD HIX	3.006.346.00	5.223.000.00
130 JTD HIX	2.975.741.00	6.050.000.00

LANCIA

MODELO	P.BASE	P.V.P.
Y 1.1 Elefantino 3p	1.397.721.00	2.037.000.00
Y 1.2 cx. Autom. 1S	1.832.575.00	2.641.000.00
Y 1.2 16V 1S 3p	1.638.558.00	2.421.000.00
Delta HPE 1.6 16V	2.381.646.00	3.897.000.00
Delta 1.9 TDS	2.595.775.00	4.777.000.00
Dedra TDS	2.894.309.00	5.126.285.00
Dedra TDS SW	3.002.514.00	5.252.885.00
Libra 1.6	3.495.321.00	5.199.999.00
Libra 1.9 JTD 1X	3.456.773.00	5.750.000.00

RENAULT

MODELO	P.BASE	P.V.P.
Twingo Pack		
Twingo Easy	1.411.6130.00	2.096.230.00
Clio		
RN 1.2 3p	1.535.545.00	2.241.230.00
SI 1.4 16 v 3p	1.775.676.00	2.854.230.00
RN 1.2 5p	1.600.502.00	2.317.230.00
RXE 1.4 16 v 5p	1.853.454.00	2.945.230.00
RN 1.9D 5P	1.527.613.00	3.432.230.00
RXE 1.9 DTI	1.731.032.00	3.670.230.00
Megane		
RN 1.4 5P	1.988.900.00	3.109.230.00
RTE 1.4 16 V AC	2.305.139.00	3.479.230.00
RXE 1.9 DTI AC	2.738.273.00	4.854.230.00
RXE 1.9 DTI AC cx. Aut.	2.934.854.00	5.084.230.00
Megane/Carrinha (Break)		
RTE 1.4 16 v	2.278.644.00	3.448.230.00
RXE 1.9 DTI	2.711.777.00	4.823.230.00
RXE 1.9 DTI AC cx. Aut.	3.045.111.00	5.213.230.00
Megane Classic		
RN 1.4	2.159.840.00	3.309.230.00
RXE 1.9 DTI AC	2.781.008.00	4.904.230.00
RXE 1.9 DTI AC cx. Aut.	2.977.589.00	5.134.230.00
Megane Scenic		
RTE 1.4 16 v	2.424.797.00	3.619.230.00
RXE 1.9 DTI AC	3.028.871.00	5.194.230.00
RXE 1.9 DTI AC cx. Aut.	3.225.403.00	5.424.230.00
Laguna		
RXE 1.6	2.808.358.00	4.444.230.00
RXE 1.9 DTI	2.994.683.00	5.154.230.00
RXT Break 1.9 DTI (5 lug.)	3.302.376.00	5.514.230.00
RXT Break 1.9 DTI (7 lug.)	3.387.846.00	5.614.230.00
Kangoo		
1.2	1.793.482.00	2.552.230.00
RTE 1.9 D 55	1.926.576.00	3.908.230.00
Kangoo Express		
FGTE RL 1.2	1.572.583.00	1.988.230.00
FGTE RL 1.9 D 55	1.664.035.00	2.336.230.00
OPEL		
MODELO P.BASE P.V.P.		
Corsa		
Eco 1.0 3p	1.488.305.00	2.083.600.00

Eco 1.0 5p	1.548.134.00	2.153.600.00
100 1.2 3p	1.691.380.00	2.493.600.00
100 1.2 5p	1.761.809.00	2.403.600.00
Eco 1.5 TD 3p	1.901.493.00	3.093.601.00
Eco 1.5 TD 5p	1.861.322.00	3.163.600.00
Sportive 1.5 TD 3p	2.032.262.00	3.363.600.00
Astra		
Club 1.2 5p	2.281.124.00	3.177.750.00
Club 1.4 4p	2.373.350.00	3.577.750.00
Sport 1.4 3p	2.544.290.00	3.777.750.00
Club 1.7 TD 5p	2.405.364.00	4.177.750.00
Club 2.0 DTI 5p	2.479.209.00	4.797.750.00
Club 2.0 DTI 4p	2.513.397.00	4.837.750.00
Club 2.0 DI 4p Aut.	2.556.132.00	4.887.750.00
Club 2.0 DI 5p Aut.	2.521.944.00	4.847.750.00
Astra Caravan		
Club 1.4	2.458.820.00	3.677.750.00
Club 1.7 TD	2.525.023.00	4.317.750.00
Club 2.0 DTI	2.598.867.00	4.937.750.00
Elegance 2.0 DTI	2.940.747.00	5.337.750.00
Club 2.0 DI Aut.	2.641.602.00	4.987.750.00
Vectra		
1.6 4p	3.084.424.00	4.787.750.00
2.0 DTI 4P	3.188.611.00	5.627.750.00
2.0 DTI 5p Caravan	3.333.910.00	5.797.750.00
Sport 2.0 DTI	3.581.773.00	6.087.750.00
Sport 2.0 DTI Caravan	3.727.072.00	6.257.750.00
Zafira		
Confort 1.6 5P	2.913.484.00	4.587.750.00
Confort 2.0 DI 5P	2.863.824.00	5.247.750.00
Elegance 2.0 DI 5P	3.197.158.00	5.637.750.00

SUZUKI

MODELO	P.BASE	P.V.P.
Alto 1.0 MPI 3p	1.026.265.00	1.522.000.00
Alto 1.0 MPI 5p	1.090.367.00	1.597.000.00
Swift 1.0 GLS 3p	1.351.051.00	1.902.000.00
Swift 1.0 GLS 5p +DA	1.432.248.00	1.997.000.00
Baleno GS 1.3 3p	1.757.344.00	2.662.000.00
Baleno GS 1.3 4p	2.265.891.00	3.257.000.00
Baleno 1.9 TD GLX 4p	2.045.417.00	4.097.000.00
Baleno 1.9 TD Wagon GLX	2.387.298.00	4.497.000.00



Aspirina

Nuno Santa Clara

Levantaram-se as classes políticas contra a ascensão de um partido de extrema direita a membro da coligação que governará a Áustria nos próximos anos. Levantaram-se com elas muito bons espíritos por essa Europa fora, todos contra a eventual ressurreição de um qualquer adolfo, nacional-austriaco. Para que a História não se repita, foram boicotadas pessoas e reuniões.

Tudo isto é muito saudável, mas não escamoteia o facto de o dito partido ter alcançado cerca de 30% de votos nas eleições. Será que um partido não democrático pode subir democraticamente ao poder, sem negar o próprio sistema? Tanto que pode que já pôde, precisamente nas mesmas paragens, na Alemanha em 1933 e na Áustria em 1938. Como e porquê? Porque os partidos tradicionais não encontraram, a resposta adequada aos problemas do dia-a-dia dos cidadãos, muito por fruto do distanciamento dos políticos e dos media que em seu redor gravitavam quanto ao verdadeiro sentir do eleitorado.

Para que a História não se repita se manifestaram as boas gentes; mas para que a História não se repita é preciso antes de mais conhecê-la e interpretá-la, não através de um conjunto mentalmente redutor de slogans e chavões, mas pela sua análise objectiva, aprofundada e desapaixonada.

Porque, se continuarmos a pensar que bastam umas manifestações de rua e uns boicotes a jantares para travar o mal estar social que faz nascer as militâncias totalitárias e xenófobas, estaremos na posição do médico que, face a uma forte dor de cabeça, receita aspirina, para seu próprio descanso, mas ineficaz contra o tumor ou meningite que matará o doente.



Director: António Carreiro
 Propriedade: Associação dos Deficientes das Forças Armadas
 Administração e Redacção: Av. Padre Cruz - Ed. ADFA 1600-560 - Lisboa
 Telefone: 21 757 0502 Fax: 21 757 1319
 E-mail: adfa@mail.telepac.pt Internet: http://www.adfa-portugal.com



Lei das Associações de Pessoas Portadoras de Deficiência Nova proposta de regulamentação

A ADFA enviou no passado dia 21 de Fevereiro ao secretário de Estado Adjunto do ministro do Trabalho e da Solidariedade, Rui Cunha, e ao presidente do Conselho Nacional para a Reabilitação e Integração das Pessoas com Deficiência (CNRIPD), Costa Braz, as propostas de alteração ao projecto de decreto-lei de regulamentação da Lei das Associações de Pessoas Portadoras de Deficiência (Lei 127/99, de 20 de Agosto).

Estas propostas foram discutidas conjuntamente com outras associações num grupo de trabalho (APD, APH, APN, AMORAMA, CNOD - em representação das suas filiadas), resultante de reuniões promovidas pela CNOD e todas as associações concordaram fazer as mesmas propostas de alteração.

Humberto Sertório, presidente da DN, referiu que "a Lei das Associações foi aprovada à revelia do projecto que já havia sido discutido na última reunião do CNRIPD, tentando-se agora, em sede de regulamentação, ultrapassar as deficiências de que a lei enferma."

Deste modo, o primeiro ponto que se reivindica para esta regulamentação é que a mesma venha futuramente a ser ratificada pela Assembleia da República, no sentido de obviar a qualquer dúvida sobre a constitucionalidade do diploma.

A ADFA propôs várias alterações significativas ao projecto de regulamentação. Desde logo sentiu-se a necessidade de acrescentar cinco novos artigos ao projecto de regulamentação proposto, a fim de clarificar conceitos da Lei das Associações.

Assim nasceu um novo artigo 2º, no qual se esclarece que, na noção de "associações", se incluem quer as associações "de" e "para" pes-

soas portadoras de deficiência; no novo artigo 7º pretende-se ver regulamentada a matéria relativa ao crédito de horas a dirigentes associativos, já anteriormente aprovada nas reuniões do CNRIPD; no novo artigo 8º propõe-se que o tempo a utilizar para efeitos de direito de antena seja de 30 minutos para televisão e de outro tanto para rádio; noutra artigo estabeleceram-se garantias relativas aos actos de registo, de modo a que dos despachos do secretário nacional, nesta matéria, não seja necessário recorrer imediatamente para os tribunais; acautela-se também a vigência do anteriormente regulado até à entrada em vigor do novo diploma, no que diz respeito a financiamentos.

Criou-se, no que se refere ao Estatuto de Parceiro Social, um artigo que garante às associações assento em todos os organismos, conselhos e comissões que tratem de matérias relativas à prevenção, tratamento, reabilitação e integração das pessoas portadoras de deficiência; burilou-se a noção de dirigente associativo constante no diploma e propôs-se que os apoios sejam concedidos directamente às organizações e não através de estruturas a que deve aderir-se ou não, em virtude de eventual condicionamento para atribuição de subsídios.

Para além destas, foram feitas alterações de adequação em várias disposições, a fim de adaptar o texto às sugestões propostas.

"Espera-se que o trabalho altamente responsável desenvolvido pelas associações seja respeitado no futuro diploma, corrigindo o desajuste entre o que foi publicado na lei e o que era já assumido como compromisso no CNRIPD", referiu Humberto Sertório.

T.E.

Em 25 de Março "Mãos à Obra"

No próximo dia 25 de Março, pelas 17h00, vai ter lugar no auditório da Sede Nacional da ADFA, o leilão do projecto "Mãos à Obra".

Neste evento vão ser licitados as pinturas e outros trabalhos artísticos oferecidos à ADFA pelos autores, para a criação de uma bolsa de estudo de pintura para um cidadão portador de deficiência.

Os trabalhos, realizados no dia 3 de Julho do ano passado, foram executados numa iniciativa em que participaram associados e trabalhadores da ADFA, os seus amigos e pintores com grande experiência.

Na exposição das obras, realizada na Sede de 23 de Novembro a 17 de Dezembro, estiveram presentes o secretário de Estado da Inserção Social, Rui Cunha, e o secretário nacional para a Reabilitação e Integração das Pessoas com Deficiência.

Rui Cunha referiu-se ao evento como uma "boa oportunidade de sensibilizar a opinião pública para a problemática da deficiência."

Com valores-base de licitação que oscilam entre os 500 escudos e os 250 contos, as 74 obras vão ser leiloadas para que, no próximo dia dez de Abril, seja aberto o concurso para atribuição da bolsa de estudo, seguindo-se a selecção de candidatos no dia 27 de Maio, culminando o projecto com a atribuição da bolsa no dia 24 de Julho.

A DN fez um apelo aos associados para que "participem neste leilão, trazendo familiares e amigos para que também eles possam ter oportunidade de adquirir uma ou mais obras."

R.V.

Novo secretário de Estado da Defesa

José Silva Mourato, economista e consultor de empresas é o novo secretário de Estado da Defesa que tomou posse, no passado dia 8 de Fevereiro, no Palácio de Belém, tendo sido nomeado por Júlio Castro Caldas, ministro da Defesa Nacional, para "número dois" daquele ministério.

Licenciado em Finanças pelo Instituto Superior de Ciências Económicas e Financeiras da Universidade Técnica de Lisboa (1967-72), concluiu diversos cursos no estrangeiro na área de projectos de investimento e operações financeiras internacionais e um curso de Gestão Geral da Associação Portuguesa de Economistas e Universidade Católica Portuguesa.

José Mourato foi analista financeiro, consultor de diversas empresas e desempenhou funções ao nível da direcção e da administração de várias organizações.

R.V.

TODAS AS RAZÕES

para nos visitar...

Todos os modelos disponíveis



Atendimento personalizado



Técnicos especializados



... E MAIS ALGUMAS!

Temos preços excepcionais para Si que é associado da ADFA



Contactos:
 Rosário Jorge Telf.: 8 36 14 00
 TM: 0931 25 50 23
 Alberto Pinto Telf.: 7 57 05 83
 TM: 0931 26 61 53

